

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

MODELOS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO  
DO RISCO DE CRÉDITO PARA AS PME'S  
CABO-VERDIANAS: ESTUDO DO CASO  
DA CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE

---

Maria Madalena Mendonça Andrade

Lisboa, setembro de 2016



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE  
LISBOA

Modelos e métodos de avaliação do risco de crédito para as  
PME's Cabo-Verdianas: estudo do caso da Caixa económica  
de Cabo Verde.

Maria Madalena Mendonça Andrade

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Joaquim Paulo Viegas Ferreira de Carvalho, Professor Adjunto da Área Científica de Finanças, e da Professora Doutora Ana Maria da Silva Barbosa de Sotomayor, Professora Coordenadora da Área Científica de Gestão.

Constituição do Júri:

Presidente \_\_\_\_\_ Prof. Doutor Jorge Martins Rodrigues  
Arguente \_\_\_\_\_ Prof. Doutor Carlos Manuel Pinheiro  
Vogal \_\_\_\_\_ Prof. Doutor Joaquim Paulo de Carvalho

Lisboa, setembro de 2016

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

## **Dedicatória**

Dedico esta dissertação ao meu esposo Belarmino Silva, pelo incentivo, confiança, paciência e amor, que contribuiu bastante para a realização deste trabalho.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, minha fonte de inspiração, pela vida, força, coragem e saúde que me deu durante a elaboração do presente trabalho.

Ao professor Doutor Paulo Carvalho, meu orientador, e a Professora Doutora Ana Sotomayor, minha co-orientadora, pela competência científica e pelo incomensurável apoio no acompanhamento do meu trabalho, dedicação e colaboração, assim como as críticas e correções feitas ao longo da dissertação.

A todos os que estiveram comigo, e em especial ao meu grande amigo Dr. Gilson Silva, pelo apoio incondicional, pela amizade e a confiança depositada em mim.

Ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), pela oportunidade de fazer o curso de Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras e pelos ensinamentos e contributos para a minha formação.

À Caixa Económica de Cabo Verde, pela prestigiosa colaboração que contribuiu para que o meu trabalho tornasse mais enriquecido com os dados disponibilizados.

Aos meus colegas que, durante esse tempo estivemos juntos nessa batalha, partilhando conhecimentos.

Por último, aos meus familiares e amigos que durante esse tempo demonstraram carinho, amizade e apoio nos momentos mais difíceis na elaboração do meu trabalho.

A todos, os meus sinceros agradecimentos!

## Resumo

O presente trabalho tem como base a realização de um estudo aprofundado sobre a análise dos modelos de avaliação do risco de crédito concedido às pequenas e médias empresas (PME's) Cabo-verdianas, procurando evidenciar o contributo desses modelos para a gestão da exposição do banco ao risco de incumprimento dos seus clientes. Pretende-se compreender a influência que os modelos de avaliação de risco de crédito desempenham na gestão do crédito às PME's. Na parte empírica do trabalho foi adotado o método de estudo de caso, com a realização de pesquisa exploratória e descritiva. O estudo incidiu sobre o caso da Caixa Económica de Cabo Verde, um dos maiores bancos de Cabo Verde.

O trabalho desenvolvido permite-nos concluir que a utilização dos modelos e métodos para avaliar o risco de crédito é de extrema importância para detetar e avaliar o risco a que o banco se expõe perante cada devedor.

Finalmente, com base na interpretação dos resultados, são formuladas algumas recomendações com vista ao aprimoramento do método de avaliação do risco gerado por pequenas e médias empresas na Caixa Económica de Cabo Verde.

**Palavras-chave:** Crédito, risco de incumprimento, clientes, PME, solvabilidade.

## **Abstract**

The main goal of this work is to perform an extensive study on the analysis of risk evaluation models on the credits given to Cape Verdean small and medium enterprises (SMEs), aiming at clarifying the contribution of such models for the management of the bank exposure to the risks of their costumers' credit default. The aim is to understand what influence those models have on the management of credit to SMEs. To achieve all the proposed goals, a case study was conducted on Caixa Economica de Cabo Verde Bank, one of the biggest commercial bank in Cabo Verde. All the data is related to this bank.

During the work, we have come to the conclusion that the models and the methods used to measure the credit risk are of extreme importance to detect how exposed the Bank is to this type of risk.

Finally, some recommendations are made to Caixa Econonica de Cabo Verde in order to enhance the quality of results generated by its methods of Credit risk analysis of SMEs.

Keywords: Credit, Risk of default, Clients, SMEs, solvability.

# Índice

<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Conceito de risco de crédito.....</b>	<b>4</b>
<b>2.1. Tipos de crédito para as empresas.....</b>	<b>4</b>
2.1.1 Descoberto .....	5
2.1.2 Financiamento <i>spot</i> ou “ <i>hot money</i> ” .....	5
2.1.3 Conta corrente caucionada.....	6
2.1.4 Financiamento a médio e longo prazo .....	6
<b>2.2 Política de crédito.....</b>	<b>6</b>
2.2.1 Tipos da política de crédito .....	7
<b>2.3 Avaliação de Crédito .....</b>	<b>8</b>
<b>2.4. O incumprimento.....</b>	<b>8</b>
<b>2.5. Fontes de informação.....</b>	<b>10</b>
2.5.1. Relação comercial passada.....	11
2.5.2 Proposta de contrato.....	11
2.5.3 Clientes.....	11
2.5.5 Agência de informação de negócios.....	12
2.5.6 Bancos, fornecedores e imprensa .....	13
2.5.7 Bases de dados públicas.....	13
2.5.8 Informações contabilísticas: rácios financeiros .....	14
<b>2.6 Tipos de informações.....</b>	<b>15</b>
<b>3. Modelos e métodos de avaliação do risco de crédito.....</b>	<b>16</b>
<b>3.1 Métodos de avaliação do risco de crédito .....</b>	<b>16</b>
<b>3.2 Tipos de métodos de avaliação do risco de crédito .....</b>	<b>16</b>
3.2.2 Avaliação casuística.....	17
3.2.3 Avaliação automática.....	22
<b>3.3. Modelos de prevenção e sua avaliação.....</b>	<b>22</b>
<b>3.3.2 Regressão logística .....</b>	<b>23</b>
<b>3.3.2.1 Vantagens da regressão linear .....</b>	<b>23</b>
3.3.3 Árvore de decisão.....	24

<b>4. A Caixa Económica de Cabo Verde .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1 Breve historial.....</b>	<b>27</b>
<b>4.2. Caracterização da Caixa Económica de Cabo Verde .....</b>	<b>27</b>
<b>4.3. Gestão de risco de crédito na Caixa Económica de Cabo Verde.....</b>	<b>29</b>
4.3.1 Estrutura organizacional do departamento de crédito na Caixa Económica de Cabo Verde .....	29
4.3.2 Limites de crédito.....	30
4.3.3 Taxa de juro na Caixa Económica de Cabo Verde.....	31
4.3.4 Tipos de créditos e garantias concedidas.....	32
4.3.5 Procedimentos adotados para conceder crédito.....	33
<b>4.4 As PME's Cabo-verdianas .....</b>	<b>36</b>
<b>4.5 Metodologia.....</b>	<b>38</b>
4.5.1 Estudo de caso.....	38
<b>4.6 Crédito concedido às empresas no ano 2011 a 2015.....</b>	<b>39</b>
<b>4.7 Recusa de crédito para as PME's .....</b>	<b>41</b>
<b>4.8 Taxa de incumprimento de crédito na CECV entre 2011 e 2015 .....</b>	<b>42</b>
<b>5. Conclusão.....</b>	<b>44</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>46</b>

## Índice de figuras

Figura 3.1 - Avaliação casuística.....	21
Figura 3.2 -Estrutura de árvore de decisão .....	24
Figura 4.1 - Estrutura do departamento do risco de crédito na CECV .....	29
Figura 4.2 - Caminho de volta do processo para agência .....	34
<b>Figura 4.3</b> - Procedimentos para avaliar o risco de crédito na Caixa Económica de Cabo Verde .....	35

## Índice de gráficos

Gráfico 4.1 Estrutura dos acionistas na Caixa Económica de Cabo Verde .....	28
Gráfico 4.2 - Evolução do número de operações de crédito na CECV.....	40
Gráfico 4.3 - Evolução de crédito concedido em termos de valor.....	41
Gráfico 4.4 - Evolução de crédito recusado .....	42
Gráfico 4.5 - Evolução da taxa de incumprimento entre 2011 e 2015.....	43

## Índice de tabelas

Tabela 2.1 - Natureza da informação ponderada nas avaliações de crédito. ....	15
Tabela 3.1 – Probabilidade de pagamento de crédito.....	25

## Lista de Abreviaturas

- ADM – Análise Discriminante Múltipla
- BI – Bilhete de Identidade
- CB - Central de Balanço
- CE - Comissão Europeia
- CECV – Caixa Económica de Cabo Verde
- CRC - Central de Risco de Crédito
- EUA – Estados Unidos da América
- GIAI – Gabinete de investimento e avaliação mobiliária
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- IPC – Índice de Preços ao Consumidor
- IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- ISSO - *International Organization for Standardization*
- MAR - Modelos de Avaliação de Risco
- NIF – Número de Identificação Fiscal
- PARI - Plano de Ação para o Risco de Incumprimento
- PERSI - Promover a regularização extrajudicial de situações de incumprimento de contratos de crédito
- PIB – Produto Interno Bruto
- PME's – Pequenas e Médias Empresas
- PNUD – Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento

# 1. Introdução

O presente trabalho aborda a temática dos modelos e métodos de avaliação do risco de crédito para as pequenas e médias empresas (PME's) cabo-verdianas, fazendo-se uma aplicação ao caso da Caixa Económica de Cabo Verde (CECV). É um tema muito atual, dada a conjuntura que se vive e as dificuldades financeiras que muitas empresas enfrentam.

Existem diferentes tipos de riscos associados às atividades bancárias, pelo que é necessário identificá-los para poder definir as estratégias para os prever e controlar. Uma boa gestão do risco de crédito é um desafio muito importante para os bancos, tendo em conta que deficiências a este nível podem criar problemas graves para o banco, designadamente agravar o seu risco de insolvência.

Segundo o Banco de Portugal o risco de crédito consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

As PME's têm uma função preponderante para o fortalecimento do tecido empresarial e económico de um país. No caso de Cabo Verde estas empresas contribuem significativamente para alavancar o crescimento da economia, através da criação de empregos e, conseqüentemente, da diminuição das desigualdades sociais. As PME's contribuem também para uma maior dinâmica do sector económico, potenciando e fomentando a inovação e o empreendedorismo. Por estas razões, torna-se muito relevante que qualquer país aposte nessas empresas, criando condições especiais para a sua criação, financiamento, continuidade e sustentabilidade. Para que tudo isso seja possível é necessário que haja fontes de financiamento que vão de encontro às necessidades deste tipo de empresas.

No entanto, não há crédito totalmente isento de risco, pelo que devem ser analisados todos os fatores que podem influenciar a capacidade do beneficiário de crédito de honrar os seus compromissos. Torna-se então imperiosa a necessidade por parte das entidades credoras, nomeadamente os bancos, fazerem uma correta avaliação de todos os riscos envolvidos no financiamento das PME's.

Segundo os relatórios do Desenvolvimento Humano integrados nos Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Cabo Verde é tido como um dos países de África com maior índice de desenvolvimento humano, social e democrático. Contudo, o país enfrenta grandes desafios de desenvolvimento económico e financeiro por diversos motivos, entre os quais se destacam a reduzida dimensão do seu mercado e a inexistência de recursos naturais. Qualquer iniciativa de

criação, expansão ou reestruturação empresarial precisa de ser bem pensada e analisada, levando em conta todos os desafios e riscos envolvidos.

Deste modo, a escolha do tema justifica-se pela necessidade de conhecer a atividade exercida pelas instituições financeiras do ponto de vista financeiro e do funcionamento dos sistemas de gestão de crédito para as empresas. Pretende-se ainda conhecer a estrutura do departamento de risco de crédito, os modelos e métodos utilizados para avaliar o seu risco de crédito.

Uma outra razão que justifica a escolha deste tema prende-se com o facto de em Cabo Verde existirem poucas investigações no domínio dos modelos e métodos utilizados para avaliar o risco de crédito, pelo que a presente investigação pretende dar um contributo para uma melhor compreensão desta temática aplicada à realidade cabo-verdiana.

Esta dissertação tem como objeto de estudo realizar uma análise e levantamento dos modelos e métodos de avaliação do risco de crédito para as PME's Cabo-verdianas, adotados pela CECV.

Especificamente, os objetivos do estudo podem ser resumidos da seguinte forma:

- Identificar o modelo (ou modelos) de avaliação de risco de crédito utilizados pela CECV na concessão de crédito às PME's Cabo-verdianas;
- Analisar a adequação dos modelos de avaliação de risco de crédito utilizados pela CECV na concessão de crédito às PME's Cabo-verdianas;
- Comparar os modelos da avaliação do risco de crédito existentes, nomeadamente os mais sofisticados, com os utilizados pela CECV na concessão de crédito às PME's Cabo-verdianas.

Para o atingir os objetivos traçados, a metodologia utilizada consistiu em realizar:

- Análise bibliográfica sobre a avaliação dos modelos de risco de crédito;
- Levantamento exaustivo da prática de avaliação do risco de crédito na CECV;
- Utilizar métodos adequados para identificar as principais diferenças entre a prática da CECV e os métodos que são sugeridos na bibliografia.

O presente trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos, de forma a responder aos principais objetivos delineados. No primeiro capítulo é feita uma introdução do tema analisado, referindo a relevância do mesmo, o problema de investigação, a metodologia utilizada no estudo, bem como a estrutura da dissertação.

No segundo capítulo analisa-se o conceito de risco de crédito, abordando, entre outras, as temáticas dos tipos de crédito, da política de crédito, da avaliação do risco e as questões inerentes ao incumprimento.

No terceiro capítulo são abordados e explanados os diferentes modelos e métodos de análise do risco de crédito.

O quarto capítulo incide sobre as questões metodológicas, sendo que a metodologia utilizada foi a análise bibliográfica sobre a avaliação dos modelos de risco de crédito, e o levantamento exaustivo da prática de avaliação do risco de crédito na CECV. Ou seja, foi efetuado em estudo de caso aplicado à CECV.

Assim, no quinto capítulo é feita uma aplicação ao caso da CECV. Sendo Cabo Verde um país com poucos recursos financeiros, uma boa gestão é premente. A CECV necessita de uma boa gestão, de modo a quantificar de forma adequada o risco em operações de crédito, minimizando a taxa de eventuais incumprimentos por parte dos credores no pagamento dos valores contratados. Num contexto de crise mundial é necessário que a CECV mantenha uma estabilidade financeira, pelo que as estratégias que visam tal estabilidade devem ser implementadas de forma mais eficiente possível.

Por fim, no último capítulo, são tecidas as principais conclusões do estudo, apresentadas as limitações do mesmo e são enunciadas algumas pistas para investigação futura.

## 2. Conceito de risco de crédito

Existem vários conceitos de risco de crédito, sendo que todos eles referem elementos comuns. Desta forma, a título exemplificativo, vão ser referidas duas definições de risco de crédito. Alcarva (2011: 67) define risco de crédito como o “[r]isco de a contraparte no financiamento incumprir com a sua obrigação numa data específica”. Por seu turno, Ferreira (2014: 53) considera a “[p]ossibilidade de ocorrerem perdas devidas ou não cumprimento das obrigações contratuais, por parte do devedor. A possibilidade referenciada pode ser maior ou menor e pode ser constatada pela existência de morosidade no cumprimento até ou não pagamento parcial ou total ou mesmo até a falência”.

Assim, o risco de crédito é a expectativa de que as obrigações financeiras para com o credor não sejam pagas no tempo previsto e contratado, resultando num prejuízo financeiro para o credor. O risco de crédito está relacionado com o cliente, uma vez que a dimensão do risco depende do desejo e da capacidade do cliente em cumprir com as suas obrigações para com o credor.

Segundo Caiado e Caiado (2008: 213), a apreciação dos pedidos de crédito obedece a vários critérios, sendo de salientar os seguintes:

- Análise dos elementos históricos, atuais e proporcionais do proponente;
- Os dados do projeto e a sua viabilidade técnica, económica e financeira;  
O risco da aplicação a que o crédito se destina e o sector de atividade;
- As garantias prestadas;
- O perfil, a imagem e as relações financeiras havidas ou existentes entre a empresa proponente e o banco;
- A política do banco.

### 2.1. Tipos de crédito para as empresas

Segundo Leitão *et al.* (2011) as instituições de crédito, na sua função de intermediação financeira, têm como objetivo principal a aplicação de recursos de diversas naturezas que conseguem captar. Os tipos de financiamento que estão à disposição das empresas por parte das instituições de crédito são detalhados nos pontos seguintes.

### **2.1.1 Descoberto**

De acordo com Leitão *et al.* (2011: 280) “[o] descoberto consiste numa operação pela qual a Instituição de Crédito consente que a empresa saque, para além do saldo existente na conta de que é titular, até um certo limite e por um determinado prazo”. Tal operação pode ser sob a forma de facilidade de descoberto ou sob forma de ultrapassagem de crédito.

Segundo Vaz (1999) o descoberto constitui uma modalidade de crédito utilizado casuisticamente para dar resposta imediata às dificuldades de tesouraria apresentadas pelas empresas. No contrato sob facilidade de descoberto o cliente é autorizado pela instituição de crédito a dispor, para além do saldo disponível na conta do depósito a ordem, de um fundo até o limite previamente definido, através da subscrição de um documento onde constam as condições aplicáveis.

Quando se trata da ultrapassagem do crédito concedido, a empresa permite que um cliente exceda o saldo da sua conta de depósitos à ordem, ou o limite máximo de uma facilidade de descoberta acordada, sem que tenha sido previamente contratado. Entretanto, é da competência da instituição de crédito decidir se autoriza o saque, devendo constar no contrato de abertura de conta as condições aplicáveis.

### **2.1.2 Financiamento *spot* ou “*hot money*”**

Este tipo de financiamento de curto prazo tem como objetivo final a cobertura de necessidades pontuais de tesouraria das empresas. É utilizado sob a forma de saques/título de crédito pelas empresas por períodos bastantes curtos, normalmente até 7 (sete) dias, sendo que em casos especiais pode prolongar-se até ao máximo de 30 (trinta) dias.

Para facilitar a disposição dos montantes básicas das necessidades da tesouraria das empresas é elaborado um contrato que disciplina os montantes máximos, a duração, as taxas e garantias, sendo feito o pedido de utilização efetiva mediante o preenchimento de um impresso que estabelece as condições básicas de cada operação.

O financiamento *spot* serve para cobrir os gastos correntes em ativo circulante e salários durante um determinado período necessário para que a empresa possa proceder à transformação do dinheiro em bens, mediante a venda destes no mercado e vice-versa (Pires, 2002).

O crédito concedido para apoio à tesouraria de empresas tem por finalidade ajudar as empresas, que na sua atividade quotidiana tenham carências pontuais de fundos, a poderem equilibrar a sua situação no dia-a-dia (Caiado e Caiado, 2008).

### **2.1.3 Conta corrente caucionada**

Este tipo de financiamento exige um contrato formal entre as partes, normalmente garantido por uma livrança da empresa, normalmente com aval dos sócios, à disposição do banco. Os saques não são efetuados na conta de depósito à ordem do cliente, mas sim numa conta específica aberta para o efeito.

A livrança visa garantir o pagamento de um financiamento bancário de curto prazo, em que o devedor se compromete na data estipulada no título, a fazer o pagamento do seu valor. Entretanto, recebe antecipadamente o valor do crédito menos o juro contado e outras despesas, mas a livrança inclui no seu valor nominal tanto o capital como os juros e outras despesas (Silva, 2014).

### **2.1.4 Financiamento a médio e longo prazo**

Este financiamento tem como objetivo reforçar a estrutura de capitais permanentes da empresa, bem como o financiamento do investimento. O crédito ao investimento tem por finalidade o financiamento das imobilizações corpóreas e incorpóreas (Silva, 2014).

Na perspetiva de Caiado e Caiado (2008), o crédito ao investimento é o financiamento à empresa que lhe permite realizar investimentos em determinadas áreas, sobretudo nas áreas de hotelaria, unidades fabris, clínicas, campos desportivos, entre outros, com uma vida útil de médio e longo prazo. Exige do credor a prestação de garantia sólida (como, por exemplo, a hipoteca da instalação, o penhor das existências, ou garantias).

## **2.2 Política de crédito**

Qualquer empresa que vende a crédito tem uma política de crédito. A decisão de conceder crédito é baseada em procedimentos que definem o tempo da conceção de crédito, os limites de crédito, a taxa de juros, entre outros. Sendo assim, segundo Brigham e Weston (2000: 438) a política de crédito é definida como "um conjunto de decisões que incluem o período de crédito de uma empresa, padrões de crédito, procedimentos de cobranças e descontos oferecidos".

A política de crédito é definida como um conjunto de "regras de conduta comercial e financeira que servem de orientação para a conceção de crédito" (Batista, 2004: 43). Para o mesmo autor, um dos principais objetivos da política de crédito é assegurar que os devedores paguem conforme foi acordado previamente. Tal acordo inclui uma definição clara das condições de venda, nomeadamente o tempo concedido para pagamento, a concessão de descontos comerciais, descontos financeiros, e

outros acordos pontuais que se estabelecem entre credor e devedor no momento da transação comercial.

Os procedimentos de crédito são instrumentos de trabalho diário e materializam as instruções internas do departamento de crédito, de forma a executar todo o trabalho a uma boa prática de gestão do crédito.

### **2.2.1 Tipos da política de crédito**

Segundo Batista (2004) para definir uma política de crédito, é necessário definir os objetivos e um conjunto de fatores. São três as políticas básicas de crédito, envolvendo cada uma delas fatores deferentes, dependendo do risco assumido pela empresa. As políticas de crédito são as seguintes: política de crédito restritiva, política de crédito moderada e política de crédito liberal.

#### ***2.2.1.1 Política de crédito restritiva***

A política restritiva é uma política típica apropriada para as empresas caracterizadas por correrem poucos riscos e sem objetivos de elevado crescimento. Esta política de crédito também serve para as empresas que se situam num nicho de mercado com clientes selecionados e produtos e serviços sem muita concorrência.

Se uma empresa com esta política perder um cliente e não o conseguir substituir da forma mais breve possível, devido à sua política restritiva de crédito, o volume das suas vendas poderá diminuir e automaticamente a sua receita e lucro também tenderão a diminuir. Em contrapartida, não é expetável que essa empresa apresente um elevado peso de incobráveis nos créditos que concedeu.

#### ***2.2.1.2 Política de crédito moderada***

Esta política de crédito é a mais utilizada e adotada nas empresas que aceitam correr algum tipo de risco para aumentar a sua faturação. As empresas que adotam esta política podem assumir medidas mais restritivas no caso do risco de negócio ser muito alto, como também podem oferecer aos seus melhores clientes crédito com condições liberais. Baptista (2004) diz que o fluxo de caixa destas empresas é assegurado por recebimentos não muito tardios e também com recurso a crédito bancário.

#### ***2.2.1.3 Política de crédito liberal***

A política de crédito liberal é uma política mais arriscada em relação às duas políticas abordadas anteriormente. Batista (2004) afirma que esta política é adotada por empresas que possuem um fraco

poder negocial no mercado. O objetivo destas empresas é conseguir um rápido crescimento da sua quota de mercado através da atração do maior número possível de clientes. É uma política de alto risco e a probabilidade de crescimento também será muito alta e de carácter temporário. Os gestores, com o passar do tempo, tendem a substituí-la por políticas mais moderadas.

### **2.3 Avaliação de Crédito**

Para conceder crédito a um cliente as melhores práticas de gestão recomendam um processo de avaliação rigoroso que tenha por base métodos eficazes de avaliação, identificando corretamente o retorno esperado desse investimento. Após essa avaliação rigorosa só será concedido crédito se o resultado esperado for positivo.

A avaliação de crédito, segundo Carvalho (2009), consiste numa apreciação crítica da rentabilidade esperada da operação de crédito no contexto das condições económicas e financeiras da contraparte dessa operação. Essa apreciação deve equacionar o custo, o risco de crédito e o lucro esperado decorrente da concessão de crédito. Assim, a avaliação de crédito pretende, por um lado, determinar a capacidade do mutuário satisfazer os compromissos financeiros que pretende assumir e, por outro lado, avaliar a adequação desses compromissos e do retorno esperado face ao investimento subjacente.

Desta forma, e segundo o mesmo autor, uma avaliação eficaz não deixará de considerar adequadamente o risco de incumprimento do cliente, o horizonte temporal da relação contratual do cliente com o credor, o custo do capital associado ao valor e ao prazo do crédito, bem como a margem de lucro que a operação de concessão de crédito irá potenciar.

O custo de capital associado ao valor e ao prazo de crédito e a margem de lucro que a operação de concessão de crédito irá promover contêm elementos puramente financeiros, que são do conhecimento do credor. O mesmo não acontece com o risco de incumprimento do horizonte temporal e da relação contratual do cliente, que são eventos futuros e desconhecidos.

### **2.4. O incumprimento**

O incumprimento consiste no facto de o devedor não cumprir com as suas obrigações contratuais financeiras. O grau de incumprimento é variável, podendo constituir um atraso de pagamento de compromisso assumido (Ferreira, 2014).

Algumas organizações consideram o risco de incumprimento como sendo a possibilidade de ocorrência de a contraparte ter pelo menos uma fatura ou prestação vencida e por liquidar. Outras consideram o risco de incumprimento a probabilidade elevada de a contraparte vir a registar crédito vencido a mais de 90 dias<sup>1</sup>. Entretanto, apesar da eventual diferença da interpretação que possa existir em torno do conceito, o incumprimento é entendido como crédito em mora e reflete a política de crédito optada pela organização e os fatores que lhe são subjacentes (Carvalho, 2009).

Um outro aspeto importante para caracterizar o incumprimento é a atitude dos clientes. Assim, os clientes são classificados ou agrupados em três categorias, que revelam implicitamente diferentes níveis de gravidade do incumprimento:

- Os clientes que não tiveram a intenção de pagar – contraparte desonestas que registam comportamentos desonestos;
- Os clientes que não conseguem pagar – contraparte com património insuficiente;
- Os clientes que acham que não devem pagar – contraparte que regista reclamações sobre o serviço que lhe foi prestado.

Fica evidente que na avaliação do risco de crédito é recomendável a consideração de todos os procedimentos para salvaguardar a conformidade dessa avaliação com a natureza do risco subjacente.

Devido ao aumento da degradação das condições económicas e financeiras, que nos últimos anos foi sentida em vários países, e ao aumento do incumprimento dos contratos de crédito associado a esse fenómeno, as autoridades passaram a prestar particular atenção à necessidade de um acompanhamento permanente e sistemático, por parte de instituições, da execução dos contratos de crédito. Em concreto, prevê-se que cada instituição de crédito crie um Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI), fixando, com base no Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro, procedimentos e medidas de acompanhamento da execução dos contratos de crédito que, por um lado, possibilitem a deteção precoce de indícios de risco de incumprimento e o acompanhamento dos consumidores que comuniquem dificuldades no cumprimento das obrigações decorrentes dos referidos contratos e que, por outro lado, promovam a adoção célere de medidas suscetíveis de prevenir o referido incumprimento. As instituições de crédito estão obrigadas a acompanhar e a promover a gestão de situações de risco de incumprimento.

---

<sup>1</sup> O Banco de Portugal considera o incumprimento de crédito quando há falta de pagamentos das prestações amortizadas, em relação à data que estava prevista a ocorrência desse pagamento.

De acordo com o Portal do Cliente Bancário, a falta de pagamento das prestações de contratos de créditos tem graves consequências para o cliente bancário e para o seu agregado familiar, uma vez que fica sujeito ao pagamento de juros de mora, o que gera um aumento da sua dívida. Também a instituição de crédito pode entrar com uma ação judicial para a recuperação do seu crédito, que poderá ter como consequência a penhora e subsequente venda judicial dos bens do cliente bancário.

Atualmente, os clientes bancários dispõem de um conjunto de mecanismos destinados a promover a regularização extrajudicial de situações de incumprimento de contratos de crédito (PERSI). No âmbito destes mecanismos, os clientes bancários em situação de incumprimento podem beneficiar de um conjunto de direitos e garantias com o objetivo de promover a negociação de soluções extrajudiciais para a regularização de situações de incumprimento, mediante uma solicitação expressa do cliente bancário em incumprimento, feita através da entrega de um pedido ou requerimento à instituição de crédito em causa.

## **2.5. Fontes de informação**

Uma correta avaliação do risco de crédito é feita mediante uma análise de todos os fatores relevantes. As principais razões para os bancos recusarem a concessão de crédito relacionam-se com a insuficiência de garantias e a insatisfação do banco relativamente ao desempenho financeiro das empresas solicitantes de crédito. Não menos importante é também a insatisfação em relação à informação obtida pelos bancos sobre as empresas que solicitam crédito. Os balanços e as demonstrações de resultados têm sido um dos documentos mais solicitados pelos bancos europeus. Contudo, embora a tendência seja crescente, apenas 60% das PME's facultam regularmente essa informação. Ao longo das últimas décadas tem-se verificado evoluções a nível dos métodos de avaliação aplicados, da natureza da informação relevante e dos meios de a obter.

As fontes de informação podem ser de origem interna ou externa. Independentemente da sua origem, as mais populares fontes de informação na avaliação de crédito são conseguidas através da relação comercial passada, a proposta do contrato, o cliente, a agência de informação de negócios, notação de *rating*, agência de informação de crédito, os bancos, os fornecedores, a imprensa, as bases de dados públicas e conjugação das diferentes fontes de informação (Carvalho, 2009).

Antes de conceder crédito a um cliente, tem que ser avaliado um conjunto de informações financeiras e não financeiras que suportam o processo de tomada de decisão de crédito, ajudando na avaliação da situação económica e financeira, bem como na capacidade de pagamento do cliente. Tal avaliação

tem como principal objetivo identificar os bons e maus pagadores, avaliar a situação económico-financeiro e dimensionar o potencial de negócio com segurança.

### **2.5.1. Relação comercial passada**

Na avaliação do risco de crédito, no caso dos clientes atuais, deve ser ponderado o histórico de todas as relações comerciais ou financeiras do cliente com o credor. Nessa ponderação devem constar elementos como a antiguidade da relação entre ambos, o volume e tipo de negócios oferecidos pelo cliente, o grau de cumprimento histórico do crédito, bem como o seu perfil de utilização e o grau de cumprimento de prazos.

Um outro fator que deve ser levado em conta é a existência de reclamações apresentadas pelos clientes quanto ao serviço que lhes foi prestado, ao produto que adquiriram, ou mesmo relativamente a incorreções nas faturas que lhes foram enviadas. Estas reclamações requerem uma particular atenção, visto constituírem muitas vezes fontes de atraso de pagamento.

### **2.5.2 Proposta de contrato**

Esta fonte de informação é normalmente aplicada à empresa e aos empresários em nome individual e permite identificar o tipo de cliente, a localização, bem como conhecer o canal de vendas e o tipo de produto, ou serviço solicitado. Para que estas informações sejam obtidas e avaliadas é necessário garantir que as mesmas são recolhidas com a proposta de contrato.

### **2.5.3 Clientes**

Existem dois tipos de clientes: as empresas e os clientes particulares. No primeiro caso pode ser importante a avaliação dos sócios ou acionistas ligados à sua atividade, bem como a apresentação de um documento de natureza fiscal, neste caso a Declaração de Rendimentos Modelo 22 de IRC, utilizada em Portugal. Normalmente na avaliação de crédito para a empresa, o analista depara-se com dois documentos financeiros que descrevem a sua situação financeira: o balanço e a demonstração de resultados. A existência e disponibilidade desses documentos é importante na avaliação do risco de crédito. A inexistência desses elementos não permite uma opinião fundamentada em factos, constituindo assim a sua ausência um alerta adicional a ter em conta na avaliação.

O contacto direto com o cliente oferece muitas vantagens, uma vez que estabelece uma ligação próxima de amizade com o cliente, proporciona oportunidades para o vendedor esclarecer os clientes sobre as políticas de crédito da empresa e as condições de venda dos seus produtos ou serviços.

### **2.5.5 Agência de informação de negócios**

Este tipo de entidade dispõe de bases de dados sobre empresas. Tais bases incluem dados financeiros e rácios, bem como a caracterização do perfil de pagamentos, avaliação do sector e relação de participação com outras empresas. De acordo com os registos disponíveis, as agências de informação de negócios atribuem uma classificação de risco, que mostra a perspectiva de insolvência da empresa num determinado tempo.

#### ***2.5.5.1 Agências de rating***

A notação de *rating* surgiu nos EUA devido à escassez de informação e às dificuldades em avaliar o risco de crédito. Tem como objetivo classificar o risco de crédito de uma empresa ou de uma emissão de títulos através da avaliação independente de uma entidade especializada.

A classificação do risco de crédito resultante de um processo de *rating* é particularmente direcionada a grandes empresas, bancos, municípios e a emissões de dívida pública por parte de Estados soberanos.

Segundo Bastardo & Gomes (1992), o *rating* ou notação do risco de crédito é uma medida estatística da probabilidade de ocorrência de factos não abonatórios para a empresa e respetivos credores, nomeadamente quanto à possibilidade do cumprimento das suas obrigações financeiras. Este autor acrescenta ainda que o *rating* é uma opinião ou mesmo um juízo de valor sobre a capacidade de a empresa assumir os seus compromissos financeiros.

A nota de *rating* é atribuída a partir da avaliação de qualidade e quantidade de informação, ponderando todos os fatores que influenciam o risco da empresa avaliada.

#### ***2.5.5.2 Agências de informações de crédito (credit bureaus)***

As agências de informações de crédito têm como objetivo reduzir a assimetria de informação entre o credor e o devedor, através da criação e emissão de relatórios de crédito sobre os devedores, em que as informações facultadas beneficiam significativamente o rigor da tomada de decisão. A insuficiência de informação do devedor condiciona a eficácia da avaliação do risco de crédito. Assim, a informação contribui para maior clareza sobre o risco de incumprimento e a deteção de negócios potencialmente rentáveis por concretizar.

Entretanto, os *bureaus*, além de proporcionarem informações detalhadas sobre os créditos e os pagamentos referentes aos devedores, também fornecem informação demográfica e geográfica, bem

como a informação relativa a consultas de crédito efetuadas por outras entidades sobre esses devedores. Em suma, os *bureaus* fornecem informação total dos saldos e histórico de pagamento das contas registadas, até a informação do incumprimento mediante a aprovação prévia pelas autoridades competentes, sempre que aplicável.

### **2.5.6 Bancos, fornecedores e imprensa**

As informações fornecidas por entidades que tenham registado experiências passadas na concessão de crédito ao cliente é de extrema relevância para o rigor da avaliação da situação de tesouraria das empresas e do estado patrimonial dos particulares. Por outro lado, sabendo que se trata de informações privadas, a Lei do Sigilo Bancário limita o acesso a esta fonte de informação por parte de muitas entidades credoras.

Assim, para Batista (2004) os contactos com o banco do cliente podem ser feitos da seguinte maneira:

- Através de uma carta de solicitação de informação;
- Através de uma visita pessoal;
- Por intermédio do seu banco;
- Através de um telefonema, quando existe um conhecimento muito próximo com o gerente do banco.

### **2.5.7 Bases de dados públicas**

Em Portugal existe um conjunto adicional de bases de dados, cuja consulta é pública e acessível a todos os credores. Nas bases de dados públicas enquadra-se um conjunto de informações como o registo de falências e insolvência, cheques devolvidos, cuja informação é alimentada e partilhada por entidades de sector não financeiro, e os registos dos contribuintes faltosos (informação divulgada publicamente pela Direção Geral das Contribuições e Impostos). De acordo com os fatores determinantes do risco de crédito do Banco de Portugal existem dois tipos de dados microeconómicos utilizados pelo Banco de Portugal: a Central de Responsabilidade de Crédito (CRC) e a Central de Balanços (CB). A CRC inclui informações sobre todas as exposições de crédito com valores superiores a cinquenta euros. As informações desta base de dados são alimentadas obrigatoriamente por todas as instituições de crédito ao Banco de Portugal, com o objetivo de partilhar informações entre instituições participantes e assim melhorar a gestão e avaliação do risco de crédito. “A CB do Banco de Portugal é uma base de dados de informação económica e financeira

sobre as empresas não financeiras portuguesas. A informação (trimestral ou anual) é obtida a partir de dados contabilísticos - Balanço e Demonstração de Resultados” (Central de Balanços, 2015: 3).

Em Cabo Verde, segundo o Caderno do Banco de Cabo Verde (2011), existe uma base de dados, gerida pelo Banco de Cabo Verde, com informação prestada pelas entidades participantes (instituições que concedem crédito) sobre os créditos concedidos, a que está associado um conjunto de serviços relativos ao seu processamento e difusão, designada de Central do Risco de Crédito. Esta base de dados tem como principal objetivo apoiar as entidades participantes na avaliação do risco da concessão de crédito. Contém informação sobre responsabilidades de crédito contraídas no sistema financeiro por qualquer pessoa singular ou coletiva perante as entidades participantes, bem como as responsabilidades de crédito potenciais que representam compromissos irrevogáveis, independentemente de se encontrarem em situação regular (informação positiva), ou em incumprimento (informação negativa).

### **2.5.8 Informações contabilísticas: rácios financeiros**

A análise dos dados contabilísticos abrange um resumo apropriado dos balanços e das demonstrações dos resultados, em números e percentagens. Caiado e Caiado (2008) referem que este resumo é feito após as correções das rúbricas com o cálculo dos respetivos acréscimos e dos rácios mais significativos, por forma a verificar a evolução da situação financeira e económica da empresa proponente.

O objetivo dos rácios é conseguir informações distintas e complementares à informação contida nos valores absolutos. Tem como objetivo também a análise patrimonial, económica e financeira da empresa (Silva, 2014).

No domínio dos rácios, os mais utilizados e apurados são os seguintes: rácio de liquidez (imediate, reduzida e geral), a solvabilidade (total, médio e longo prazo) e a rotação de certos elementos do ativo (existência totais, matérias primas, produtos acabados, e crédito a clientes).

No entanto, as informações dos rácios devem ser utilizadas de forma ponderada, não constituindo o critério mais importante para a tomada de decisão de concessão de crédito. Os resultados dos rácios mais críticos podem ser comparados com o setor de atividade da empresa e com os do ano anterior.

Os rácios de liquidez medem o nível de liquidez de uma empresa, isto é, a capacidade que ela tem de satisfazer os compromissos de curto prazo (Gitman, 2010). Quanto maior o valor destes rácios maior

a capacidade da empresa para satisfazer tais compromissos. Destaca-se o rácio da liquidez geral que, quanto maior for o seu valor, maior será a proteção para os credores no curto prazo.

O rácio de solvabilidade, ao estar intimamente relacionado com o rácio de autonomia financeira, relaciona o capital próprio com o valor total do passivo, pelo que um valor muito baixo pode indiciar uma fraca viabilidade da empresa no futuro, uma vez que significa uma elevada fragilidade económico-financeira (Carreira, 2012).

Segundo Carreira (2012) os rácios de rotação avaliam a capacidade da empresa para utilizar os seus ativos produtivamente na criação de resultados. Assim o rácio de rotação do ativo é tanto melhor quanto maior for o quociente entre as vendas líquidas e o total do ativo. No entanto, se esse valor for significativamente alto significa que a empresa está a expandir-se mais rapidamente do que a sua capacidade financeira permite.

## 2.6 Tipos de informações

Quanto à sua origem, existem dois tipos de informação: interna e externa. A informação interna refere-se à informação concedida pelo próprio cliente, ao passo que a informação externa é aquela que é recolhida através de agências de informações de crédito, transmitida por fornecedores do cliente ou registada na base de dados de risco legalmente autorizada (Carvalho, 2009).

Esquemáticamente na tabela 2.1 estão detalhados os dois tipos de informação (interna e externa).

**Tabela 2.1** - Natureza da informação ponderada nas avaliações de crédito.

<b>Interna</b>	<b>Externa</b>
Antiguidade da relação com o cliente	Relatórios Financeiros
Histórico de pagamento	Agências de informação comercial
Perfil de utilização do crédito	Informação bancária
Volume de receitas ou de faturação	Informação de outros credores
Margem do lucro proporcionada	Listas partilhadas ( <i>Credit Bureaus</i> )
Reclamações dos clientes	Informação de risco público
Valor do cliente	Informação prestada pelo cliente
Canal de venda	Tipo de cliente
Tipo de produto ou serviço	Sector de atividade

Fonte: Adaptado de Carvalho (2009: 126)

### **3. Modelos e métodos de avaliação do risco de crédito**

#### **3.1 Métodos de avaliação do risco de crédito**

A metodologia de avaliação do risco de crédito tem evoluído ao longo das últimas décadas, beneficiando dos desenvolvimentos resultantes da investigação desenvolvida na estatística e nas finanças empresariais. Até meados da década de sessenta do século passado, a metodologia utilizada na avaliação de crédito para a empresa consistia na avaliação qualitativa e casuística, cujo objetivo era analisar e interpretar individualmente os indicadores financeiros por parte de analistas de crédito, salientando-se neste contexto a análise de rácios financeiro. Em 1968 surgiu o primeiro método de avaliação automática do risco de crédito de empresas, permitindo colmatar algumas limitações apresentadas pelo método casuístico, e pela acelerada mutação da dinâmica concorrencial entre as empresas.

Independentemente do método utilizado para quantificar o risco de incumprimento do cliente, a avaliação de crédito deve ser feita levando em conta o risco a que este expõe o credor, a margem de lucro que deverá gerar e os custos implícitos à concessão de crédito (Carvalho, 2009).

#### **3.2 Tipos de métodos de avaliação do risco de crédito**

Existem diferentes métodos de avaliar o risco de crédito, dependendo do tipo de crédito, do valor do crédito solicitado, da garantia de crédito, do histórico de endividamento, entre outros fatores. Segundo Carvalho (2009) uma boa avaliação do risco de crédito deve ajustar-se às diferentes fases do processo de concessão de crédito (avaliação de aceitação e avaliação comportamental) e ao método aplicado (avaliação casuística e avaliação automática), ambos descritos de seguida.

##### **3.2.1 Avaliação de aceitação e avaliação comportamental**

É fundamental reduzir a probabilidade de incumprimento através da avaliação do cliente no início da relação comercial a crédito, uma vez que as garantias de sucesso começam logo com uma adequada decisão de aceitação do cliente.

A avaliação de crédito e a determinação da probabilidade de incumprimento devem ser entendidas como um processo contínuo. Após a avaliação inicial pode-se e deve-se refinar o conhecimento sobre o cliente à medida que são obtidas mais informações sobre o mesmo, especialmente através da

informação comercial que este vai divulgando. O aumento do conhecimento referente a cada cliente pode melhorar a confiança ou desconfiança sobre o mesmo.

A concessão de crédito delimita duas fases de extrema importância para o processo de avaliação de crédito. São elas a avaliação de aceitação e a avaliação comportamental. Na primeira procura-se determinar a capacidade de um cliente, ou de um novo cliente que procura reforçar o crédito para o seu negócio, vir a cumprir no futuro as suas obrigações. O objetivo desta avaliação é a decisão de aceitar ou rejeitar conceder crédito e em que condições fazê-lo. A avaliação de aceitação constitui assim uma primeira medida preventiva importante do risco de crédito. Para tal, as condições de crédito iniciais são ajustadas ao perfil do risco realçado por cada cliente, por meio de solicitação de eventuais garantias, da definição do prazo de concessão de crédito e da atribuição dos respetivos limites de crédito.

Depois da atribuição de crédito e à medida que as prestações de crédito começam a vencer, o credor começa a perceber o comportamento do cliente em termos do grau de cumprimento dos compromissos financeiros assumidos. Neste sentido, a avaliação comportamental revela o tipo de relacionamento que o cliente mantém com o credor, ponderando informações relevantes para deduzir sobre eventuais incumprimentos futuros. Ao contrário de avaliação de aceitação que apresenta um processo estático, ou seja, a avaliação é feita só uma vez, no momento em que começa a relação comercial, a avaliação comportamental é um processo contínuo de avaliação enquanto o valor do crédito não estiver liquidado na totalidade. Na avaliação comportamental faz-se o ajustamento e revisão das condições de crédito, particularmente o limite de crédito, os prazos e as condições de pagamentos, as ações de cobranças e decisões sobre eventuais atribuições de crédito futuras a cada cliente.

### **3.2.2 Avaliação casuística**

A avaliação casuística é efetuada manualmente, caso a caso, por um analista de crédito, através da interpretação de vários indicadores que caracterizam cada cliente. Devido a um certo grau de subjetividade, esta avaliação e a respetiva decisão de crédito deverão ficar registadas e guardadas numa ficha de crédito, mantida numa base de dados própria com o nome do analista que avaliou o crédito, a identificação do cliente, a descrição da operação em causa, a decisão tomada e o resumo dos fundamentos da mesma. Os registos da ficha de crédito são necessários para fundamentar, sempre que for necessário, a decisão tomada e para permitir que eventuais auditorias ao processo de

avaliação de crédito sejam posteriormente levadas a cabo, além de incentivarem uma maior responsabilidade aos analistas de crédito.

Para a concessão de crédito às empresas são utilizados muitas vezes os fundamentos de análise financeira para finalizar a avaliação do risco de crédito, através do recurso a rácios económicos e financeiros.

Os fatores utilizados na avaliação casuística são as informações internas e externas do cliente, baseadas nas experiências do analista de crédito. Entretanto, muitas vezes são utilizados fundamentos da análise financeira para concretizar a avaliação de risco de crédito através do recurso a rácios económicos e financeiros.

Existem também alguns fatores a serem respeitados na avaliação casuística, nomeadamente a avaliação dos 5C's de crédito, geralmente consideradas importantes para determinar o valor de crédito de um cliente. Os 5 C's do crédito são os seguintes: carácter do cliente, capacidade de gestão, capital, colateral e controlo.

O carácter do cliente é um fator importante para determinar o nível de risco e tem como objetivo avaliar a intenção dos clientes em relação ao pagamento dos compromissos assumidos. É importante levar em conta a estrutura do negócio, o número de empregados, o número de anos de atividade, o volume de faturação e a reputação do negócio. No entanto, as informações disponíveis sobre os pagamentos do cliente ao credor ou a outros credores são um valioso contributo para prever o comportamento do cliente no sentido de vir a assumir os seus compromissos.

Para Blatt (1999) o carácter do cliente é difícil de avaliar, sendo que esta análise é desligada da sua posição socioeconómica e cultural. No entanto, existem sistemas em que os clientes de bom carácter não conseguem cumprir com as suas obrigações e vice-versa.

A capacidade de gestão refere-se ao potencial do cliente em gerar meios financeiros que lhe permitem liquidar o crédito que beneficiou através da capacidade de gestão para gerir o negócio e honrar os seus compromissos.

Além disso, o credor deve analisar o crédito em termos da sua capacidade para futuramente gerar lucros ou meios financeiros para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Deve também levar em conta a idade da empresa, a escolaridade dos sócios (capacidade de gestão), a experiência no ramo de atuação, o nível de sucesso, o setor de atuação da empresa, o destino da aplicação do recurso solicitado (produção ou bens desnecessários) e a capacidade de pagamento.

No que se refere ao capital (valor do património do cliente), o analista de crédito procura avaliar o património e outros bens do cliente, fazendo uma análise da saúde financeira do cliente, no que diz respeito o seu património líquido e à sua disponibilidade para regularizar as dívidas do curto prazo. O analista deve também considerar as garantias da sustentabilidade de rendimentos positivos futuros para o crédito de médio longo prazo. É importante manter e acompanhar a evolução do fundo de maneiio e do *cash flow* das empresas.

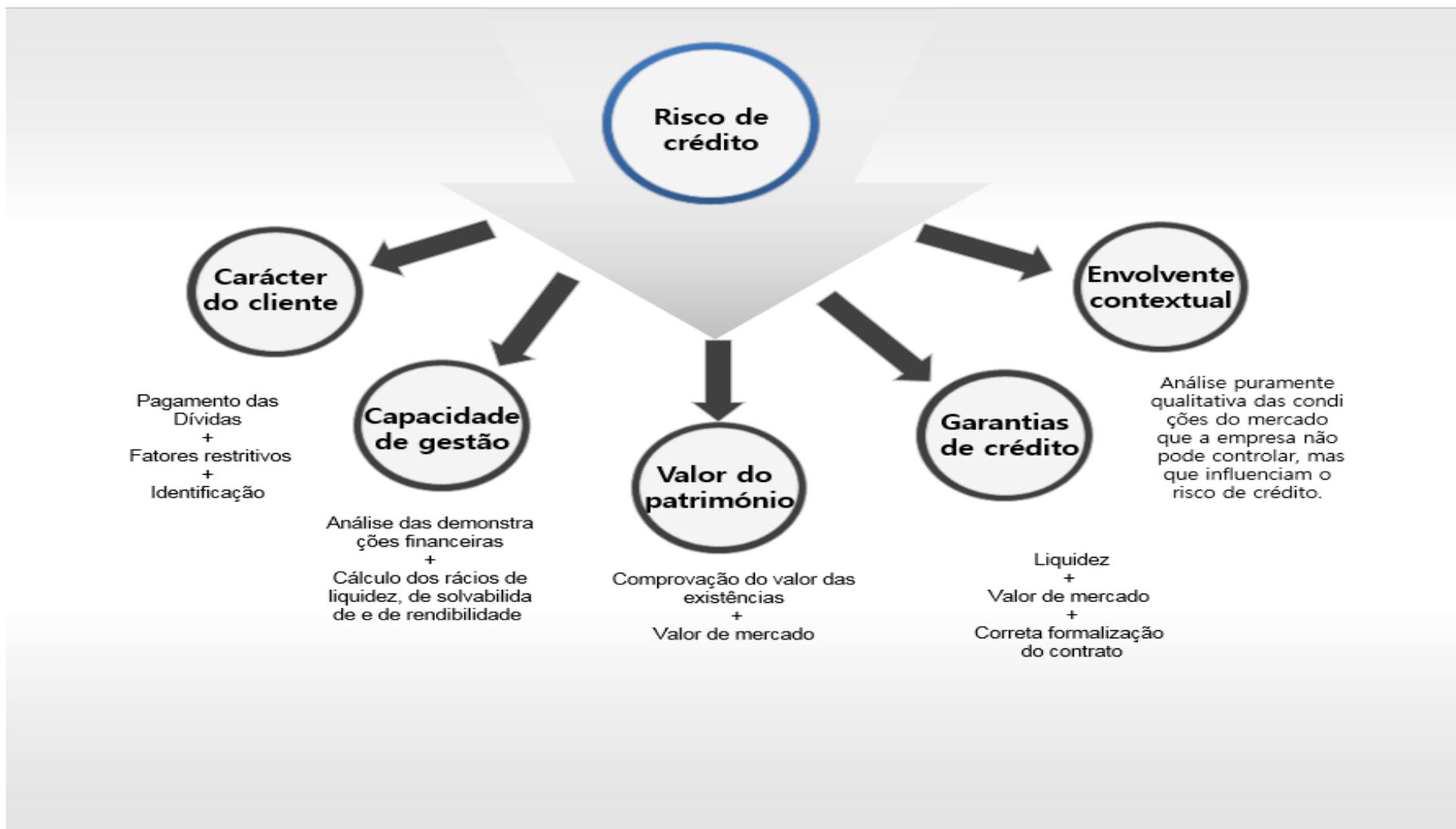
O colateral (garantia de crédito) visa garantir a segurança quanto ao recebimento futuro da dívida contraída pelo cliente, recorrendo à garantia de crédito, quer sejam garantias reais (hipoteca e penhora) ou garantias pessoais (aval e fiança), e utilizados a favor do credor em caso de incumprimento. Deste modo, quando existe colateral associado ao empréstimo, este usualmente representa valores iguais ou superiores aos montantes de crédito. O colateral é definido como a capacidade do indivíduo em oferecer os seus bens líquidos para garantir a segurança no crédito solicitado (Silva, 1998).

Segundo Carvalho (2009) as garantias pessoais e reais podem ser tratadas como garantias especiais. As garantias reais são o valor de um bem ou rendimento gerado por certos bens que possam assegurar o pagamento ao credor, em caso de incumprimento. As garantias pessoais ficam vinculadas ao cumprimento da obrigação de crédito, para além do devedor, por parte de outras entidades e pessoas. Em certos casos, as garantias reais dão menos segurança do que as garantias pessoais, uma vez que as primeiras estão sujeitas a desvalorização.

O controlo (meio envolvente) tem em conta o meio envolvente que influencia o risco de crédito (concorrência, eventos naturais, conjuntura económica), mas que o cliente não controla. O controlo também tem em consideração os meios disponíveis do credor para vigiar futuramente a exposição ao risco decorrente do uso de determinado crédito.

Ainda que possa ponderar *inputs* que resultam de um modelo (avaliação automática), na sua essência o *rating* poder ser considerado um exemplo de avaliação casuística. Na perspetiva de Caiado e Caiado (2008) o método de *rating* tem como principal objetivo adotar uma série de medidas preventivas para evitar o incumprimento de crédito. Neste sentido, este método permite avaliar os elementos facultados pelas empresas, nomeadamente a organização interna, os meios materiais e imateriais, o perfil do pessoal, a capacidade de gestão, a natureza da atividade exercida, a concorrência sectorial interna e externa, a conjuntura económica do ramo, a liquidez, a solvabilidade, a rentabilidade, entre outros.

Entretanto, a avaliação casuística apresenta as suas limitações, pelo facto de a tomada de decisão de crédito por diferentes analistas não ser sempre consensual e, inclusivamente, o mesmo analista poder tomar decisões diferentes sobre um mesmo processo, em momentos diferentes. Esta avaliação decorre naturalmente de um julgamento pessoal, onde os gestores de crédito confiam no seu conhecimento adquirido e na sua intuição. A figura 3.1 sintetiza a natureza da avaliação casuística.



**Figura 3.1** - Avaliação casuística

**Fonte:** Elaboração própria

### **3.2.3 Avaliação automática**

As evoluções registadas nas últimas duas décadas e as técnicas de avaliação de crédito sofreram profundas transformações. As consequências destas evoluções proporcionaram a oportunidade de se conjugar o rigor da avaliação do risco com a redução do tempo e dos custos associados à tomada de decisão de concessão crédito. É nesta altura que são introduzidos os modelos de *scoring*, sendo estes métodos de avaliação automática. Na avaliação de crédito este método permite expressar de forma não duvidosa e rápida o risco, por meio de um processo de conversão algébrica da pontuação atribuída a vários fatores explicativos num único indicador.

A introdução do modelo de *scoring*, enquanto modelo de avaliação automática de uma série de fatores, permite expressar de forma muito rápido o risco, por meio da ponderação adequada de cada um desses fatores, posteriormente conjugadas numa nota final (Carvalho, 2009).

Para Caiado e Caiado (2008) o *scoring* consiste na utilização de uma técnica de base estatística, cujo objetivo é resumir numa só nota classificativa o nível de risco de incumprimento num crédito. O método de avaliação automática do risco de crédito está indicado para credores que gerem o risco de uma carteira composta por um elevado número de contrapartes cujas dívidas são normalmente de baixo montante.

Estas avaliações e decisões são aplicados por sistemas previamente programadas para serem executadas de acordo com a política de crédito da organização.

## **3.3. Modelos de prevenção e sua avaliação**

Depois da eliminação de variáveis não relevantes, agrupando a informação num só arquivo, os modelos de avaliação de crédito deverão refletir a previsão mais rigorosa do incumprimento.

Existe atualmente um vasto leque de alternativas subjacentes à modelização da previsão do incumprimento de crédito. As mais conhecidas e mais relevantes são as seguintes: análise discriminante múltipla, regressão logística e árvore de decisão.

### **3.3.1 Análise discriminante múltipla (ADM)**

O modelo ADM classifica a qualidade de crédito com base em variáveis consideradas importantes para diferenciar clientes de crédito potencialmente bons e clientes potencialmente maus (Brigman e Weston, 2000).

Segundo Carvalho (2009) a análise discriminante múltipla é um método estatístico que prevaleceu nos estudos de previsão da falência empresarial e incumprimento de crédito até à penúltima década do século XX. Este modelo é usado para classificar uma qualquer observação, de acordo com as suas características, em vários grupos previamente definidos. Tem como objetivo prever variáveis dependentes qualitativas como, por exemplo, a classificação de um cliente em diferentes grupos ou encontrar uma combinação linear que pode classificar com precisão cada uma das observações em um dos grupos.

### **3.3.2 Regressão logística**

A regressão logística é um caso especial do método geral da regressão linear. É um método principal para estimar a probabilidade de incumprimento e previsão da falência de empresas. Consiste na estimação dos parâmetros de um modelo logaritmo linearizado, em que a variável endógena é binária. Este modelo identifica os valores dos parâmetros associados a cada uma das variáveis explicativas do modelo, utilizando um processo diferente da ADM (o método da máxima verosimilhança, procedendo à minimização dos erros entre valores previstos e observados) (Carvalho, 2009).

A regressão logística permite determinar a probabilidade de uma observação pertencer a um grupo previamente determinado, em função dos *inputs* correspondentes às observações sobre um conjunto de variáveis independentes. Os coeficientes estimados pelo modelo de regressão indicam a importância de cada variável independente para a ocorrência do evento (Brito e Neto, 2007).

#### **3.3.2.1 Vantagens da regressão linear**

Para Carvalho (2009), face o modelo ADM, a regressão logística apresenta algumas vantagens, a saber:

- Facilidade de interpretação dos resultados e a rapidez de implementação;
- Não assume uma distribuição normal multivariada;
- Não requer a igualdade nas matrizes de covariância de cada grupo;
- Não obriga a que os efeitos entre as variâncias sejam lineares.

Outro aspeto que favorece o uso da regressão logística devido às suas suposições iniciais serem flexíveis é que seus resultados podem ser interpretados em termos de probabilidade, um

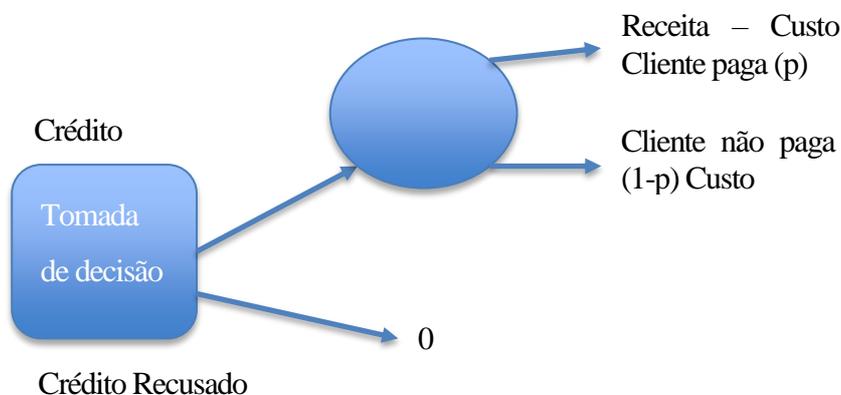
requisito importante nos modelos de risco de crédito, pois possibilita a medida da probabilidade do credor identificar os bons e maus clientes, face de um conjunto de atributos. De acordo com Brito e Neto (2007) na regressão logística há uma transformação na variável dependente, que é convertida em uma razão de probabilidades e posteriormente em uma variável de base logarítmica. Na regressão logística os coeficientes medem o efeito de alterações nas variáveis independentes sobre o logaritmo natural da razão de probabilidades, chamado de *logit*.

### 3.3.3 Árvore de decisão

A árvore de decisão consiste na utilização de uma série de regras de decisão que encaminham a um valor final. A evolução ao longo da árvore é feita através de uma participação iterativa da informação em grupos, em que o algoritmo subjacente em causa procura maximizar a heterogeneidade da informação de incumprimento entre os grupos resultantes (Carvalho, 2009).

Segundo Batista (2004) a árvore de decisão é definida como apresentações gráficas que ilustram um processo de decisão na concessão de crédito, indicando as decisões alternativas, o estado de natureza (cliente paga *versus* cliente não paga) e os benefícios ou perdas prováveis resultantes da mesma.

A figura 2 ilustra o processo de tomada de decisão na concessão de crédito, indicando as decisões alternativas, os clientes, e os benefícios e perdas daí resultantes. Se for recusado o crédito, não se obterá nem lucro nem prejuízo, ou seja, o valor é zero. Se o crédito for aceite existe a probabilidade do cliente pagar, ou seja, a hipótese de realizar um lucro correspondente à receita subtraída dos custos, mas também há a probabilidade de o cliente não pagar e, neste caso, o credor terá prejuízo.



**Figura 3. 2** -Estrutura de árvore de decisão

**Fonte:** Adaptado de Batista (2004).

Suponha-se que o departamento de crédito está a estudar a hipótese de conceder um crédito cuja probabilidade de pagar ( $p$ ) é de 80% e a probabilidade de não pagar ( $1-p$ ) é de 20%. Admita-se ainda que o valor da receita é de 1.200 euros e o valor do custo ascende a 1.000 euros. A tabela 3.1 ilustra a probabilidade de pagamento se o crédito for concedido.

**Tabela 3.1** – Probabilidade de pagamento de crédito

Probabilidade de pagamento	
Probabilidade de pagar	80%
Probabilidade de não pagar	20%
Valor da receita	1.200
Custo	1.000

**Fonte:** Adaptado de Batista (2004: 223)

$$\begin{aligned} \text{Lucro esperado} &= p (\text{receitas} - \text{custos}) - (1 - p) \times \text{Custos} \\ &= 0,80 \times (1200 - 1000) - (1 - 0,80) \times 1000 \\ &= 160 - 200 \\ &= -40 \end{aligned}$$

Com base nos cálculos, haverá uma probabilidade de se vir a obter um prejuízo de 40 euros se o crédito for concedido.

### **3.3.3.1 Vantagens de utilização de uma árvore de decisão**

Para Batista (2004) este modelo apresenta algumas vantagens, designadamente:

- Estruturar o processo de decisão, proporcionando ao gestor a tomada de decisão, através de uma forma ordenada e sequencial;
- Permitir que o gestor examine todos os resultados possíveis (desejáveis e não desejáveis);
- Permite a comunicação com outros analistas de forma fácil e breve;
- Permitir a um grupo de analistas de crédito discutir alternativas, focando nos resultados de decisão;
- Pode ser usado como um computador, através de simulações para se observar o efeito das alterações, segundo os resultados comprovados.

### ***3.3.2.2 Limitações de utilização de árvore de decisão***

No entanto, de acordo com Carvalho (2009) este método também apresenta algumas limitações, tais como:

- Demasiada sensibilidade no resultado final a variações mínimas numa variável explicativa. Isto quer dizer que mesmo na repartição inicial, qualquer variação, por mais insignificante que seja, poderá provocar desvios expressivos no resultado final;
- A dificuldade em detetar a relação entre variáveis explicativas;
- As previsões geradas serem descontínuas.

Embora os modelos ADM, árvore de decisão e regressão logística sejam utilizados na previsão do risco de crédito, existem ainda outros modelos e técnicas analíticas, como o classificador *naive bayes* e redes neuronais.

## **4. A Caixa Económica de Cabo Verde**

### **4.1 Breve historial**

A Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) foi criada a 18 de Maio de 1928 com o nome de Caixa Económica Postal, inserida no serviço dos Correios e telegráficos sob a tutela do Ministério das Telecomunicações. No dia 30 de Dezembro de 1985 a mesma foi transformada numa instituição financeira autónoma, com a designação de Caixa Económica de Cabo Verde, tutelada pelo Ministério das Finanças. De 1993 a 2000, a CECV teve um crescimento e um desenvolvimento qualitativo e quantitativo bem visível, sobretudo a nível nacional. Este desenvolvimento justifica-se no crescimento verificado ao nível dos depósitos, do crédito concedido, dos fundos próprios, entre outros. Entretanto, o alargamento da gama de produtos e serviços, da rede de agências, a introdução de um novo estilo de relacionamento com o cliente e as soluções informáticas modernas e inovadoras também contribuíram para o crescimento e desenvolvimento da CECV. É a instituição bancária mais antiga de Cabo Verde.

Em 2012 a CECV tornou-se no primeiro banco em Cabo Verde com certificação internacional do Sistema de Gestão da Segurança de Informação e do Sistema de Gestão da Qualidade, em conformidade com as normas internacionais ISO 27001:2013 e ISO 9001:2015.

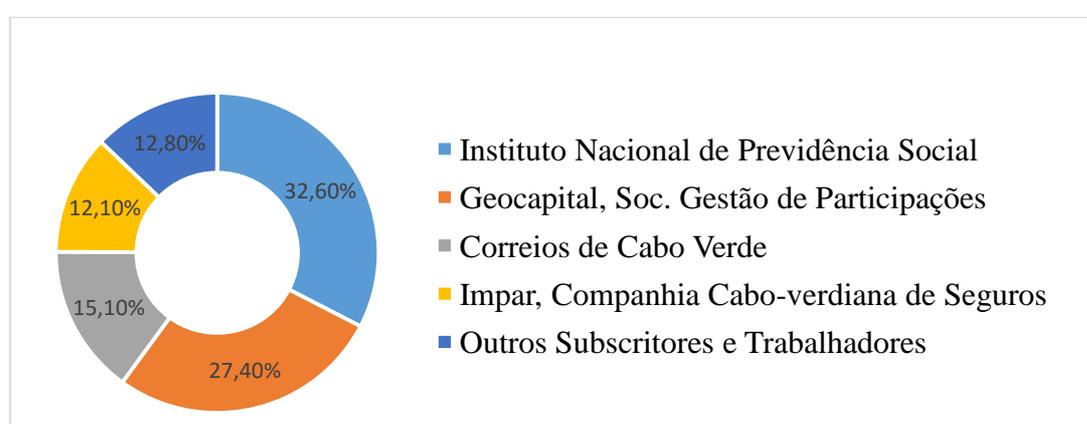
### **4.2. Caracterização da Caixa Económica de Cabo Verde**

Segundo o relatório de contas do ano 2015, a CECV, além de continuar a ser o único banco em Cabo Verde com certificação em ISO 27001 e ISO 9001, respetivamente para o sistema de gestão de segurança de informação e sistema de gestão da qualidade, detém desde 2011 a maior rede comercial do setor, com 33 balcões e 3 postos nos Correios de Cabo Verde disponíveis para os clientes dos segmentos empresas e particulares e para a população em geral. Ocupa o primeiro lugar no que se refere ao número de cartões bancários emitidos e em circulação. Esta instituição ocupa, também, uma posição de destaque no que se refere à densidade dos canais eletrónicos de distribuição.

A CECV aposta numa visão clara de se transformar no melhor banco em Cabo Verde e numa instituição fortemente comprometido no processo de desenvolvimento do país, e, ainda, ciente das suas responsabilidades enquanto banco de matriz nacional e com um passado de cerca 88 anos em prol do desenvolvimento da nação cabo-verdiana. A Caixa vem-se afirmando, ano

após ano, não só como uma das referências máximas do setor financeiro nacional, mas também como um exemplo bem-sucedido em matéria de gestão empresarial. Este banco já teve nomeações a nível internacional, tendo recebido nos últimos anos, designadamente, o prémio Mercator e a distinção como melhor banco em Cabo Verde por várias organizações especializadas, nomeadamente, The Winner Awards da Magazine Top International Business – Brasil, Global Banking & Finance Review Awards; Europe Business Assembly Awards – Londres; Capital Finance International – Londres; o World Finance Banking Awards – Londres. Em termos de estrutura acionista da instituição, em 31 de Dezembro 2015 o seu capital social está distribuído conforme evidenciado no gráfico 4.1.

**Gráfico 4.1** Estrutura dos acionistas na Caixa Económica de Cabo Verde



**Fonte:** Elaboração própria

A CECV apresenta um capital social 1.392.000 ações. A sua estrutura acionista integra o Instituto Nacional de Previdência Social (32,6%), a Geocapital, Sociedade de Gestão de Participações (27,4%), Correios de Cabo Verde (15,1%), Impar, Companhia Cabo-verdiana de Seguros (12,1%) e outros subscritores e Colaboradores (12,8%), conforme evidenciado no gráfico 4.1. A cotação das ações da CECV oscilou ao longo do ano, entre os 3.000\$00 (três mil escudos cabo-verdianos) e os 3.100\$00 (três mil e cem escudos cabo-verdianos), tendo fechado 2015 a registar 3.100\$00 (três mil e cem escudos cabo-verdianos) por cada ação.

Num contexto de forte concorrência e de baixa procura, a CECV continua a apostar na melhoria contínua dos produtos e serviços que oferece para fidelizar os seus clientes, ganhar novos negócios e aproveitar novas oportunidades. Neste âmbito, conseguiu angariar 15.190 novos clientes, totalizando, em Dezembro de 2015, 290.916 clientes.

### 4.3. Gestão de risco de crédito na Caixa Económica de Cabo Verde

A CECV, no âmbito da sua atividade, está sujeita a diferentes tipos de riscos, pelo que cabe à gestão de risco a sua identificação e análise da exposição, bem como a adoção de estratégias de controlo, dentro dos parâmetros previamente estabelecidos.

A CECV dispõe de um manual interno onde constam os procedimentos de crédito, ou seja, leis/regras de orientações para concessão de crédito, que são analisados passo a passo pelo analista de crédito de acordo com o mesmo. Devido a custos que os modelos e métodos de avaliação de risco de crédito apresentam, a CECV não tem meios suficiente para suportar esses custos. Por isso, avaliam os seus riscos de crédito seguindo os procedimentos do regulamento interno através da utilização de método de avaliação casuística. O pedido de crédito para as empresas é feito junto das agências e enviado para o departamento de risco para ser analisado caso a caso. Quando existem pedidos de montantes significativos, é necessário analisá-los cuidadosamente, e recorrer à comissão executiva, de forma a acautelar os interesses do banco. Os pedidos enviados para o departamento de risco, depois de analisados, são devolvidos pela agência da CECV com a devida decisão de crédito, onde o crédito irá ser aprovado ou recusado pelo gerente da mesma. Neste sentido, o analista não tem o poder de aprovar ou recusar o crédito, sendo que apenas deixa a sua opinião sobre o grau de risco que cada pedido apresenta.

#### 4.3.1 Estrutura organizacional do departamento de crédito na Caixa Económica de Cabo Verde

Para que a gestão de crédito tenha eficácia terá que haver uma estrutura organizacional clara e com as funções de cada departamento bem definidas. De acordo com o organigrama da CECV, o departamento de crédito da CECV está estruturado de acordo a figura 4.1.



**Figura 4.1** - Estrutura do departamento do risco de crédito na CECV

**Fonte:** Adaptado do cronograma da CECV

### **4.3.2 Limites de crédito**

Segundo Batista (2004) o departamento de crédito é supervisionado por um responsável que tem como a sua função o planeamento, organização e controlo de todas as atividades que abrangem o processo de informações, análise e decisão de crédito.

O responsável pela análise de crédito organiza e seleciona as informações recebidas. Faz a análise dos balanços, dos quais retira informações que lhe permitem encontrar os indicadores de referência, rácios financeiros, e elaborar uma análise bem fundamentada para uma boa decisão de crédito e cálculo dos limites de crédito para cada cliente, de acordo com a política de crédito definida no banco.

#### ***4.3.2.1 Limites de crédito para empresas na Caixa Económica de Cabo Verde***

É possível reduzir os valores que normalmente pontuam na atribuição dos limites de crédito como o nível do risco, o rendimento do cliente e a própria necessidade de crédito que este revelar. O nível do risco e o rendimento determinam em conjunto o limite de crédito máximo que deverá ser atribuído, em caso de aceitação, através do peso admissível da prestação mensal com o crédito em relação ao rendimento do cliente. Entretanto, segundo Carvalho (2009), os conceitos de limites de crédito podem ser complementados através da exigência de um valor de rendimento mínimo para aceitação de crédito ao cliente, ou da fixação de um teto para o limite de crédito.

Segundo Batista (2004) um cliente que faculte ao seu fornecedor informação financeira relativa ao último balanço e demonstração de resultados é normalmente tratado com mais confiança que outro que se tenha recusado a disponibilizar essa informação, e como tal estará mais aberto à concessão de uma linha de crédito com condições mais favoráveis.

Todas as instituições de crédito devem proceder a uma adequada gestão dos riscos que assumem no desenvolvimento da sua atividade, a fim de prevenirem a verificação de situações que possam afetar a sua solvabilidade. De acordo com a legislação financeira do BCV (2007) as instituições de crédito ficam sujeitas aos seguintes limites:

- O valor dos riscos perante um cliente ou um grupo de clientes ligados entre si não pode exceder 25% (vinte e cinco por cento) do total dos fundos próprios da instituição que os assume;

- O limite a que se refere o número anterior é reduzido para 20% quando o cliente for a empresa mãe, ou uma filial da instituição, ou uma filial da empresa mãe ou o grupo de clientes ligados entre si integrar alguma destas entidades;
- O valor do agregado de todos os grandes riscos assumidos por uma instituição não pode exceder o limite de oito vezes o montante total dos seus fundos próprios.

Em circunstâncias excecionais e mediante requerimento devidamente fundamentado, poderá o Banco de Cabo Verde autorizar uma instituição a ultrapassar temporariamente os limites fixados, definidos anteriormente. Nas autorizações que conceder neste âmbito, o Banco de Cabo Verde fixa o prazo e as condições de adaptação da requerente aos limites legais.

### **4.3.3 Taxa de juro na Caixa Económica de Cabo Verde**

As principais atividades dos bancos consistem em conceder crédito a clientes a taxa de juro fixas ou variáveis, reembolsável a curto, médio ou longo prazo. É necessário, antes da aprovação das operações, utilizar métodos de análise que permitam ao banco garantir maiores probabilidade de recuperar esse fundo, assim como dos respetivos juros (Caiado e Caiado, 2008).

O risco de taxa de juro encontra-se também presente nas transformações de empréstimo a curto e longo prazo. Para Vaz (1999) as taxas de juro de longo prazo deveriam situar-se a um nível estruturalmente superior à taxa de curto prazo. Entretanto, as crises de liquidez podem conduzir a que as taxas de curto prazo se tornem superiores às taxas de longo prazo.

#### ***4.3.3.1 Tipos de taxas de juro***

A remuneração ou preço de crédito é o juro, cujo nível depende do risco. Vaz (1999) confirma que existem diferentes taxas de juro conforme descritas a seguir:

- Taxa de juro fixa, quando esta se mantém inalterada durante toda a vida da operação;
- Taxas indexadas, que podem variar ao longo da operação, dependendo de variações registadas em taxas indexantes. O juro pode ser cobrado no início do período de empréstimo (juros antecipados) ou somente no final do período (juro postecipado). Os juros cobrados no início da operação são utilizados nas operações de curto prazo e os juros cobrados no final são utilizados sempre que o crédito é concedido para longo prazo ou prazos incertos.

O prazo de crédito depende de vários fatores como a capacidade de reembolso do cliente e a finalidade de crédito. Nas operações de curto prazo, o prazo de crédito baseia-se geralmente na duração da vida económica do objeto a financiar e na capacidade do devedor em gerar fundos que permitam o reembolso do valor credor e os respetivos juros.

O crédito a prazo indeterminado é geralmente utilizado em operações de financiamento à tesouraria ou ao fundo de maneio das empresas, podendo assumir um prazo de 6 meses, eventualmente renovável ou com um pré-aviso de 15 dias e cuja denúncia pode ser feita por qualquer uma das partes. O crédito pode ser de curto prazo (menos de um ano) ou de médio e longo prazo (mais de um ano). Um crédito de investimento pode atingir 25 anos, ao passo que um crédito de tesouraria das empresas pode ter um prazo de apenas alguns meses.

A Caixa Económica de Cabo Verde mantém a taxa de juro para operações de crédito desde do ano 2011, com uma percentagem relativamente estável. Na CECV o crédito para tesouraria é 12% e para investimento é 11.5%. Essas taxas poderão ser negociadas de acordo com o risco associado a cada tipo de pedido, podendo diminuir se o risco for muito baixo para o banco.

#### **4.3.4 Tipos de créditos e garantias concedidas**

Os tipos de crédito e documentos necessários para formalização da concessão de crédito às empresas na CECV são os seguintes:

- Investimento;
- Descoberto na conta ordem;
- Tesouraria rendas;
- Conta caucionada – Gestão de tesouraria;
- Garantias bancária;
- Crédito documentário.

Para analisar o risco dos tipos de crédito acima referidos, os documentos pedidos pela CECV são:

- Formulário devidamente preenchido;
- Declaração NIF da empresa;
- Registo comercial da empresa atualizado (empresa) e cópia do cartão importação/cartão vendedora ambulante/alvará ou licença (para produtor individual);
- Cópia BI + NIF dos intervenientes da empresa;
- Relatório/Balanço das contas dos últimos dois anos (para empresas);

- Modelo 1B do Ministério Finanças (declaração de rendimentos de empresas);
- Estudo de viabilidade económica financeira (nos casos de projetos de investimento).

#### **4.3.5 Procedimentos adotados para conceder crédito**

Quando o cliente decide efetivar o pedido de crédito à CECV, deve preencher o formulário e entrega-o no atendimento, conjuntamente com os documentos solicitados pela CECV (de acordo com o conteúdo da lista de documentos).

Ao receber a documentação, o técnico de atendimento regista na aplicação “banka” os dados de crédito, nomeadamente tipo de crédito, o montante pretendido, sequência de entrada e data, entre outros. No final do dia, o técnico entrega ao gerente o referido pedido.

Na sequência, a gerência faz a receção da documentação no seu gabinete, com base na qual preenche, em Excel, o mapa dos pedidos de créditos rececionados, e entrega ao analista para elaboração da ficha informativa com base na consulta, na aplicação bancária, nos dados do cliente e dos respetivos avalistas ou fiadores como, por exemplo, o saldo da(s) conta(s), as responsabilidades ativas e não ativas, os créditos já existentes e o historial da execução do plano de pagamentos. Após elaboração da ficha, o analista devolve-a à gerência para apreciação.

Caso o processo de crédito preencha todos os requisitos necessários, a gerência envia o processo para o Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária (GIAI), que fará a avaliação do imóvel objeto de financiamento ou dado de garantia ao crédito solicitado, e reencaminha para a Direção de Risco para análise ou para elaboração do parecer técnico.

No âmbito da análise da Direção de Risco, a CECV pondera informações para análise do risco de crédito através de:

- Empresas - balanço dos últimos três anos e projeto de investimento;
- Banco Central - centro de riscos, informação sobre responsabilidades de crédito contraídas no sistema financeiro, por qualquer pessoa singular ou coletiva perante as entidades participantes, bem como as responsabilidades de crédito potenciais que representam compromissos irrevogáveis, independentemente de se encontrarem em situação regular (informação positiva) ou em incumprimento (informação negativa);
- Informações nos outros bancos – através de conversa entre os pares de outros bancos,

- Empresas - rácios de liquidez geral e o fundo de maneio. A CECV considera uma empresa equilibrada financeiramente, se o rácio obtido for igual ou superior à unidade, ou seja, o ativo circulante for maior ou igual ao passivo circulante.

Tais informações são tratadas no Excel de modo a medir a percentagem do risco. A concessão de crédito afeta as empresas em termos de rendimentos, vendas, lucros, produção e na sua própria imagem no mercado. A maioria das empresas cabo-verdianas tem balanços não organizados, pelo que, nestas circunstâncias, o analista de crédito leva em conta outros fatores para analisar o risco de crédito, ou seja, uma vez que a CECV não fundamenta as suas decisões em modelos estatísticos, a avaliação do risco de crédito de PMEs aplicado pela CECV   exclusivamente do tipo casuístico.

Na sequência da decisão da Dire o de Risco, é emitido o respetivo parecer para a Agência. A gerência tem delegação de competências para aprovar a atribuição do crédito até determinado *plafond*, quando a garantia for a hipoteca do imóvel. Assim sendo, caso esteja dentro do seu *plafond* e o pedido preencha os requisitos, a gerência poderá reencaminhar o pedido para um dos colaboradores para elaboração da carta proposta e respetivo contrato.

Caso o limite do crédito exceda o *plafond* da agência, a gerência elaborar  uma proposta para enviar ao Comit  Diretor para apreciação e decisão, caso esteja dentro do respetivo *plafond*. Nos casos em que o limite ultrapassa o *plafond* do Comit  Diretor, o pedido será submetido à Comissão Executiva para despacho.

A figura 4.2 ilustra o modo como se efetua o caminho de volta do processo para agência.



**Figura 4.2** - Caminho de volta do processo para agência

**Fonte:** Elaboração própria

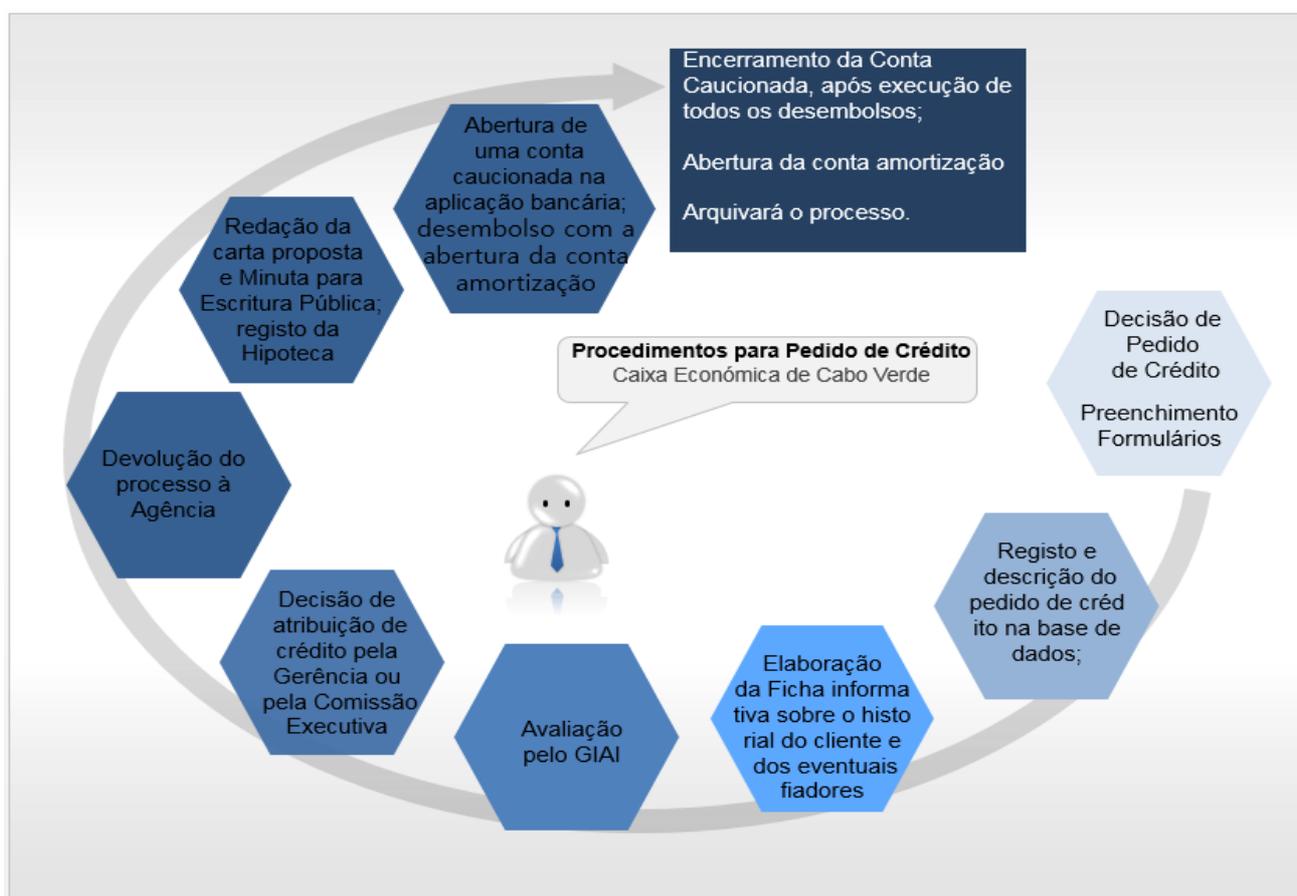
Estando o processo aprovado, a agência elaborar  uma carta proposta e uma minuta para escritura pública no cartório e conseqente registo de hipoteca feito pelo cliente a favor da CECV. Após entrega desse registo, a gerência efetuar  o contrato interno, para ser assinado no cartório notarial.

Após entrega do contrato, a gerência fará abertura de uma conta caucionada na aplicação bancária (nos casos de créditos com período de utilização), de acordo com as condi es de aprovação, em termos de prazo de utilização, taxa, garantia, entre outros aspetos acordados. Nos

casos em que a utilização é imediata, a gerência fará um único desembolso com a abertura da conta amortização, de forma que o débito do montante e amortização mensal/trimestral seja automático em conta corrente.

O primeiro desembolso (caso de crédito com período de utilização) é feito mediante solicitação do cliente e os restantes desembolsos dependem também do andamento do investimento (acompanhado pela gerência) e/ou do parecer do GIAI. Depois da execução de todos os desembolsos, a gerência procede ao encerramento da conta caucionada e, conseqüentemente, à abertura da conta amortização, de forma que o débito do montante a amortizar mensalmente seja automático feito na conta corrente. Feito isso, arquivará o processo.

A figura 4.3 descreve os procedimentos para avaliar o risco de crédito na CECV.



**Figura 4.3** - Procedimentos para avaliar o risco de crédito na Caixa Económica de Cabo Verde

**Fonte:** Elaboração própria.

#### **4.4 As PME's Cabo-verdianas**

As atividades empresariais constituem o motor económico de um país. Sendo assim, para Lisboa *et al.* (2011) as empresas são as principais responsáveis pela transformação dos fatores de produção em bens e serviços.

Uma empresa reúne um conjunto de fatores sob a direção dos gestores, com o objetivo de produzir bens e serviços para o mercado, visando a obtenção de lucros. Ferreira *et al.* (2010) define empresa como uma unidade de produção de mercadorias ou prestação de serviços. Para isso ela tem que reunir meios financeiros que visa a prossecução, combinação e transformação de fatores de produção.

A definição do conceito de PME passa pelo estabelecimento de determinados requisitos, tais como o número de trabalhadores e o volume de negócios. Contudo, de acordo com o critério da Comissão Europeia, a Recomendação 2003/361/CE, define uma empresa como qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica. A categoria de pequenas, médias e microempresas é determinada de acordo com o volume de negócios, número de colaboradores ou valor total do balanço anual. Assim:

- As grandes empresas são as que têm mais de 250 colaboradores e um volume de negócios anual superior a 50 milhões de euros ou o balanço total anual não inferior a 43 milhões de euros;
- As médias empresas são as que têm menos de 250 colaboradores, com um volume de negócios anual não superior a 50 milhões de euros, ou cujo o ativo total não exceda a 43 milhões de euros;
- As pequenas empresas são as que têm menos de 50 colaboradores e o volume de negócios anual ou ativo total anual não exceda 10 milhões de euros;
- As microempresas são as que têm menos de 10 colaboradores e cujo volume de negócios ou ativo total anual é inferior a 2 milhões de euros.

Entretanto, não existe uma definição uniforme para o conceito de PME's, uma vez que varia de país para país. A legislação cabo-verdiana define, no seu Decreto – Lei nº 40/90, de 6 de junho, as PME's como todas aquelas que reúnam as seguintes características: possuem mais de 5 e menos de 50 trabalhadores, trabalhando de forma duradoura; têm receitas anuais que não ultrapassem duzentos milhões de escudos cabo-verdianos; têm um capital social detido em mais de 75% por investidores de nacionalidade Cabo-Verdiana; e não detêm participação financeira em outras empresas que não sejam PME nacionais.

Segundo o estudo feito pelo Instituto Nacional de Estatística no ano 2014 (INE) existem cerca de 9.185 empresas ativas em Cabo Verde que operam em diversas áreas, como o comércio, indústria, prestação de serviços, entre outros, gerando um volume de negócios na ordem dos 244.015.055 escudos cabo-verdianos. Entretanto, os dados mostram que a assimetria entre as ilhas é visível nas estatísticas empresariais, onde há uma grande concentração da atividade empresarial Cabo-Verdiana nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boa Vista. Assim, cerca de 79 % do total de empresas ativas em 2014 estão nestas ilhas, empregando 92% do total do pessoal ao serviço e registando 97% do volume de negócio total gerado pelas empresas ativas em Cabo Verde.

Os dados indicam que, em 2013, 74,5% das empresas eram empresas em nome individual, consideravelmente mais dependentes do financiamento com capital alheio do que as empresas de maior dimensão. Também se constatou que 86,7% do total de empresas tinham entre 1 a 5 funcionários. Este padrão foi encontrado em todas as ilhas do país.

A dinâmica do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) é interpretada como um indicador da inflação e permite aferir sobre a evolução do custo de vida no país. O país em 2014 registou uma deflação de 0,2%, o que significa que as classes de produtos com maior peso no cabaz terão sofrido baixas de preços (Anuário Estatístico do INE, 2015).

De acordo com os dados do INE (2015), tendo em conta a diminuição da inflação, o PIB real foi maior do que o PIB nominal em 2014, em que a taxa de variação anual foi de 1,8% para o PIB real, contra os 1,3% registados para o PIB nominal nesse ano. Esse crescimento é devido, essencialmente, à evolução positiva dos ramos da Pesca (24,9%), Extração (7,1%), Eletricidade (16,2%), Construção (10,7%), Comércio (5,6%), Telecomunicação (5,3%), Serviços às Empresas e Administração Pública (20,3%). Os dados indicam que em 2014 o PIB a preços de mercado manteve a tendência de crescimento registada nos últimos anos, e no período de 2010 a 2014 cresceu cerca de 11,8%.

## **4.5 Metodologia**

O método científico é uma ferramenta para sondagem da realidade, formado por um conjunto de procedimentos, através dos quais os problemas científicos são formulados e as hipóteses científicas analisadas. Assim, como refere Barañano (2004: 22), “o método científico é uma orientação que facilita ao investigador o planeamento da sua investigação, a formalização das hipóteses, a realização de experiências e a interpretação e a interpretação dos seus resultados”.

### **4.5.1 Estudo de caso**

Para realização deste trabalho foi feito um estudo de caso que, segundo Barañano (2004), serve para explicar as ligações casuais de intervenções na vida real, que são muito difíceis para outras estratégias de investigação descrever uma intervenção e o contexto da vida real na qual ela ocorre e também poderá ajudar a ilustrar certos tópicos dentro de uma avaliação.

Segundo Yin (2015) este método de investigação procura responder a questões “Porquê” e “Como” e, por vezes, a questões do tipo “Qual”. Contudo, a metodologia mais adequada está dependente do objeto de estudo e dos objetivos que se pretendem alcançar. Tendo em conta as respostas para cada estilo de pergunta, existem três tipos de estudo de caso:

- Exploratório, que responde à questão do tipo “qual?”;
- Descritivo, que responde à questão do tipo “como?”;
- Explicativo, que responde à questão do tipo “porquê?”.

Sendo assim, o tipo de estudo de caso realizado para o desenvolvimento deste trabalho foi o método exploratório e descritivo, com o objetivo de se saber mais sobre o tema estudado e com vista a obter as respostas a questão “qual?” e “como?”. Mais especificamente, pretende-se saber qual o método e o modelo de análise para avaliar o risco de crédito para as empresas e como utilizá-lo.

Enquanto o método se define como um conjunto de etapas necessárias para alcançar um determinado fim, a técnica é o modo de fazer algum tipo de atividade. Quanto às técnicas de

pesquisa, foram utilizadas neste trabalho, a pesquisa bibliográfica e análise de documentação. A pesquisa e a recolha de dados foram feitas com base em consultas de livros técnicos e bibliografias de diversos autores, consultas de relatórios de contas e outros documentos onde constam dados definitivos sobre risco de crédito para as empresas no período de 2011 a 2015.

Para a recolha de dados foi utilizado a técnica de observação direta e participativa, com as técnicas da entrevista que, segundo Marconi & Lakatos (2003) consiste numa observação e conversação efetuada face a face, de maneira ordenada que proporciona ao entrevistador, verbalmente obter as informações necessárias de uma forma estruturada ou não. O tratamento de dados foi feito no Microsoft Word e Excel.

#### **4.6 Crédito concedido às empresas no ano 2011 a 2015**

As PME's, pelas suas fraquezas, necessitam de crédito para financiar as suas operações e investimentos necessários para o seu crescimento e sustentabilidade. Nesta ótica, Viegas (2007) sustenta que o empresário, antes de solicitar um crédito junto às instituições bancárias, deve primeiramente certificar-se da sua real necessidade e capacidade de honrar o compromisso a ser assumido.

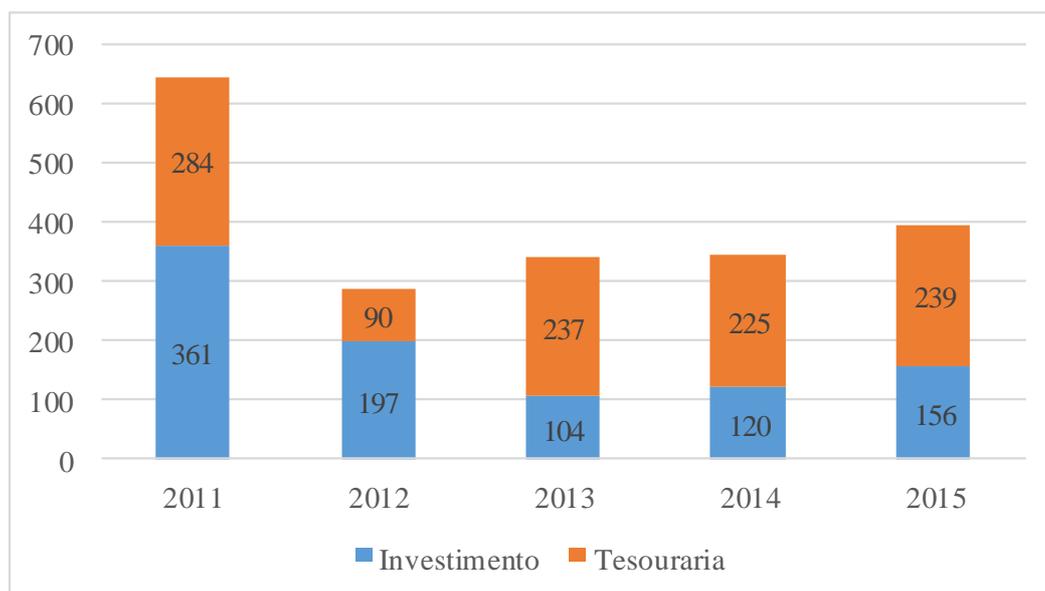
A concessão do crédito às empresas implica que as mesmas assumem uma responsabilidade de reembolso do capital emprestado e dos respetivos juros, que são calendarizados num mapa de serviço da dívida (Cebola, 2001). É importante avaliar detalhadamente a capacidade do cliente, de forma a adequar o produto ao perfil do cliente, e para que este consiga responder a todas as obrigações contratadas. As instituições financeiras devem ser muito rigorosas e transparentes na informação, usando critérios adequados à capacidade e perfil do cliente.

O gestor de crédito não pode esperar informações baseadas em verdades absolutas e sem as quais não possa assumir decisões (Batista, 2004). O risco existirá sempre, mesmo que o gestor de crédito estiver na posse de toda a informação necessária e mesmo depois de analisar a credibilidade da mesma. Entretanto, a probabilidade é maior nos casos em que existe um défice em obter informações.

Contudo, apesar da situação económica que Cabo Verde enfrenta, sobretudo a redução dos fluxos do investimento, as empresas continuaram a usufruir de crédito, para colmatar as suas necessidades, sendo este mais restrito e exigindo mais garantias.

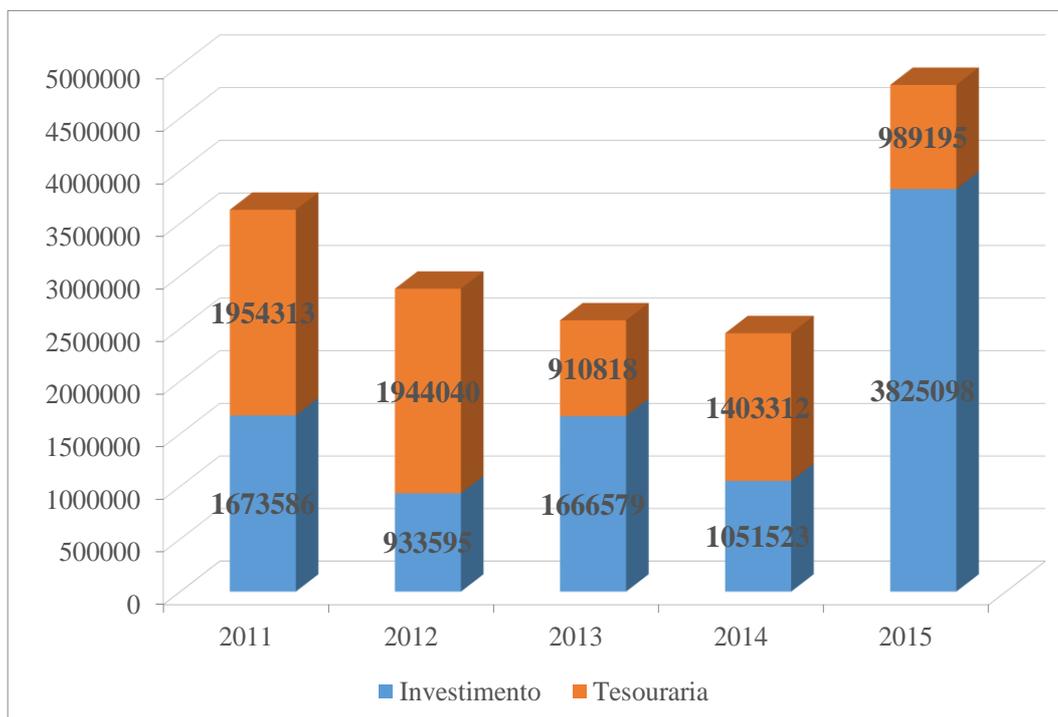
Os gráficos seguintes representam os montantes e números de operações de crédito concedido pela CECV às empresas (investimento e tesouraria), no período 2011 a 2015, onde se pode verificar uma descida de milhares de escudos do ano 2012 para 2014, influenciada pela queda da confiança das empresas com reflexo direto na atividade dos bancos sobretudo na concessão de crédito. Entre o ano 2014 e 2015 houve um aumento significativo do crédito concedido, passando de 2.454.835 escudos cabo-verdianos para 4.814.293 escudos cabo-verdianos uma diferença no valor de 2.359.458 escudos cabo-verdianos.

**Gráfico 4.2** - Evolução do número de operações de crédito na CECV.



**Fonte:** Elaboração própria

**Gráfico 4.3 - Evolução de crédito concedido em termos de valor**

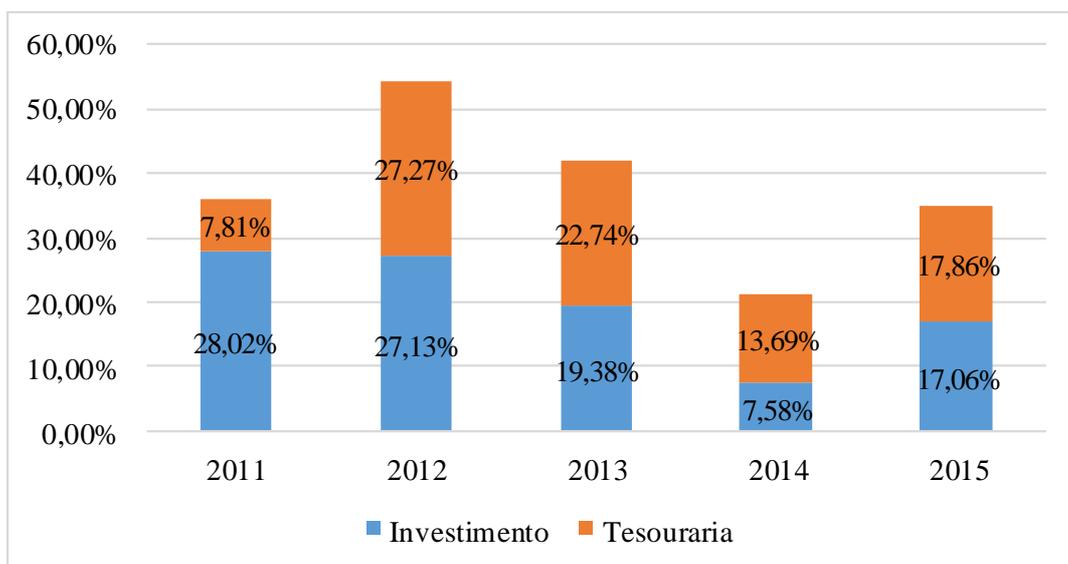


**Fonte:** Elaboração própria

#### **4.7 Recusa de crédito para as PME's**

Existem diferentes motivos para recusar o crédito a um cliente, sendo esta uma tarefa pouco agradável. Carvalho (2009) diz que para o efeito de gestão de risco, a opção de aceitar ou recusar crédito tem como variável de decisão a determinação do limite de crédito, com base na capacidade de pagamento do cliente. Para comunicar a decisão de recusa aos clientes é importante apresentar uma explicação de forma genérica, de modo a evitar um efeito de aprendizagem por parte dos eventuais clientes fraudulentos.

**Gráfico 4.4 - Evolução de crédito recusado**



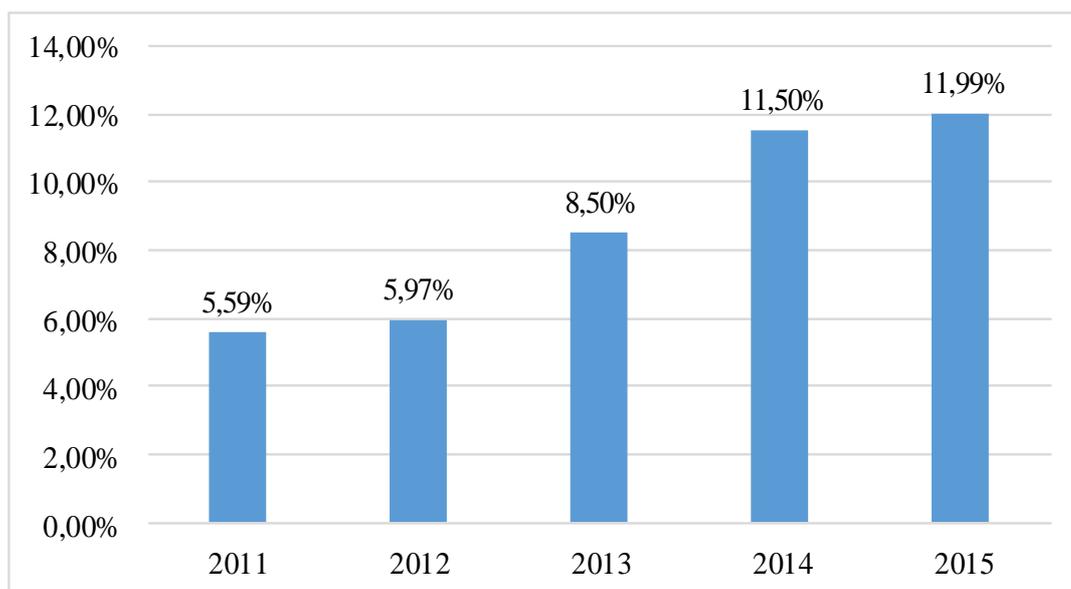
**Fonte:** Elaboração própria

A CECV recusa crédito a empresas devido a vários fatores, como a incapacidade de gestão, falta de conhecimento do negócio ou de gestão por parte dos empresários, falta de argumentos e clareza sobre o investimento pretendido, incapacidade de convencer o gestor de crédito, e/ou falta de garantias por parte do devedor. Contudo, os motivos da rejeição de cada analista são guardados na base de dados da CECV, os quais devem ser de acesso restrito.

#### **4.8 Taxa de incumprimento de crédito na CECV entre 2011 e 2015**

A CECV tem estado a lidar com uma difícil situação de crédito malparado, sendo comum o incumprimento de pagamento das dívidas por parte das empresas, ou pagamento muito depois da data acordada. Contudo, como referem Silva *et al.* (2013) o risco de crédito é um mal necessário que, apesar de associado à concessão de crédito, não é possível ser eliminado. Assim, para garantir a segurança quanto ao recebimento futura da dívida contraída pelo cliente, a CECV exige garantias, tais como imóveis, livranças, aval do sócio e depósito a prazo, que serão executados em caso de incumprimento.

**Gráfico 4.5** - Evolução da taxa de incumprimento entre 2011 e 2015



**Fonte:** Elaboração própria

O gráfico 4.5 representa a evolução da taxa de incumprimento de crédito, na CECV, para o segmento empresas entre 2011 e 2015, que apresenta uma tendência crescente. Em 2011 a CECV teve uma carteira de crédito no segmento empresas com uma taxa de incumprimento de 5,6%. No ano 2012 este indicador evidenciou um ligeiro aumento, passando para 5,97%. Nos anos 2013 e 2014 houve um aumento significativo do incumprimento, que passou de 8,5% (um acréscimo de 2,53% em relação ao ano 2012) para 11,5%, totalizando quase um aumento de 50% de incumprimento do ano 2013 para 2014.

De acordo com o relatório e contas do ano 2015 o aumento dos níveis de incumprimento por parte das empresas foi devido ao enfraquecimento da atividade económica e ao aumento do desemprego.

Neste contexto, a CECV prosseguiu com a estratégia de melhoria contínua do Sistema de Gestão de Risco, refinando e reforçando as atividades e infraestruturas dedicadas à gestão e controlo de risco, bem como os mecanismos e instrumentos de reporte. Assim, com vista a redução e mitigação o risco de crédito, foram integrados vários projetos como, por exemplo, (qualidade, Reforço dos Controlos Internos e Resultados) virados para a qualidade e celeridade, bem como a introdução de melhorias significativas de análises de risco das empresas.

## 5. Conclusão

O presente trabalho aborda a temática dos modelos e métodos de avaliação do risco de crédito para as PME's no caso concreto da Caixa Económica de Cabo Verde.

A utilização dos modelos e métodos para avaliar o risco de crédito para as PME's é de extrema importância para uma gestão de qualidade do risco de crédito. Atualmente, as empresas são afetadas pelo aumento do desemprego e enfraquecimento da atividade económica, verificando-se um aumento de custos que as dificulta a cumprir com os compromissos assumidos e de ter acesso ao crédito, fazendo com que a CECV aumente o nível da exigência no processo de análise de crédito. A maioria das PME's não tem contabilidade organizada, o que dificulta a transmissão de uma imagem credível por parte da empresa e pode também condicionar na obtenção do financiamento.

À luz da pesquisa feita constata-se que a CECV utiliza o método casuístico através da utilização dos 5'C (caráter, capital, controlo, capacidade e colateral) para avaliar o risco de crédito. O crédito concedido pela CECV no período de 2011 a 2015 teve uma evolução bastante desfavorável, ou de uma forma em geral negativa, apesar da tendência para o aumento de crédito no último ano.

O suporte para a decisão da concessão de crédito é baseado em informações, que nem sempre são disponíveis em tempo oportuno, o que permite concluir que a quantidade e qualidade de informações são de extrema importância para estabelecer mecanismos de riscos e fazer uma avaliação de risco de crédito de qualidade. Conclui-se ainda que os factores relevantes na avaliação do risco de crédito por parte da CECV são o histórico comercial do cliente, os rácios financeiros de liquidez, autonomia financeira e rendibilidade da empresa. Entretanto, os requisitos do sócio-gerente/proprietário da empresa, sua formação, património, experiências, capacidade de gestão, projecto apresentado, são também factores de extrema relevância na avaliação do risco de crédito.

Quanto à taxa de incumprimento, a pesquisa evidenciou uma evolução bastante desfavorável, ou seja, um aumento dos níveis de incumprimento por parte das empresas devido ao enfraquecimento da atividade económica e ao aumento do desemprego. Neste sentido, a CECV pretende introduzir melhorias significativas no método de análise de risco de crédito para as empresas, através da criação e manutenção de uma Central de Balanços. Actualmente, a CECV procede à avaliação das imparidades, da qual resulta um relatório das análises e conclusões

efetuadas. A identificação dos indícios de imparidade é feita numa base individual, quando a exposição é individualmente significativa, e numa base coletiva, quando a exposição não é individualmente relevante.

Concluimos ainda que, apesar dos modelos de risco de crédito que já foram referidos anteriormente apresentarem maior precisão da probabilidade do incumprimento de crédito, devido ao elevado custo para implementação desses modelos por parte da CECV e ao relativamente baixo número de operações de crédito concedido, não se justifica a implementação desses modelos e o suporte de tais custos.

Devido a algumas limitações apresentadas pelo método de avaliação casuística, no sentido de melhorar a gestão do risco de crédito na CECV, recomenda-se um conjunto de medidas que certamente irão contribuir para melhorar o método de avaliação do risco de crédito:

- A melhoria do atual método de avaliação do risco de crédito para as empresas, devido a certo grau de subjetividade deste modelo em que a análise depende do conhecimento adquirido e da intuição de cada analista de crédito;
- A implementação de um modelo relativamente simples de análise do risco de crédito para as empresas.

Este estudo pode assim ser uma iniciativa para a CECV pensar em analisar e implementar um modelo de avaliação de risco de crédito para as PME's, que contribua não só para a gestão do risco de crédito, mas que também seja uma forma de estar a acompanhar a gestão moderna de avaliação do mesmo.

As conclusões apresentadas neste estudo estão naturalmente condicionadas à situação específica da CECV e dependem do rigor da informação recebida. De forma a oferecer uma investigação mais precisa em termos de modelos e métodos utilizados para avaliar o risco de crédito, seria interessante que investigações futuras incidissem no estudo de caso de vários bancos, com objetivo de aprofundar o conhecimento sobre outras instituições financeiras com diferentes dimensões e localizadas em diferentes geografias, permitindo uma análise comparativa.

## Referências Bibliográficas

- ALCARVA, Paulo - **O Guia completo sobre a banca e as PME**. Porto: Vida Económica, 2011. ISBN 978-972-788-429-2.
- BANCO de Cabo Verde - Central do risco de crédito. [Consultado a 25 Abril de 2016]. Disponível em: [http://www.bcv.cv/vPT/Supervisao/centralderiscodecredito/Documents/CentralRiscoWeb\[1\].pdf](http://www.bcv.cv/vPT/Supervisao/centralderiscodecredito/Documents/CentralRiscoWeb[1].pdf)
- BANCO de Cabo Verde - Coletânea de Legislação Financeira de Cabo Verde (2007). [Consultado a 22 de Junho de 2016]. Disponível em: [http://www.bcv.cv/vPT/Supervisao/Legislacao%20Financeira/Documents/Legislacao\\_Finan\\_2007.pdf](http://www.bcv.cv/vPT/Supervisao/Legislacao%20Financeira/Documents/Legislacao_Finan_2007.pdf)
- BANCO de Cabo Verde - Relatório da política monetária. [Consultado a 06 de junho de 2016]. Disponível em: <http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/RPM%20Novembro%202014.pdf>.
- BANCO de Portugal - modelos de avaliação de riscos ( MAR). [Consultado a 25 de Janeiro de 2016]. Disponível em: [https://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoEuroSistema/ConsultasPublicas/Documents/Consulta\\_BP\\_2\\_07\\_MAR.pdf](https://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoEuroSistema/ConsultasPublicas/Documents/Consulta_BP_2_07_MAR.pdf)
- BANCO de Portugal - Central de Balanço. [Consultado a 5 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/CadernosdoBanco/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Central%20de%20Balan%C3%A7os.pdf>
- BANCO de Portugal - Portal do Cliente bancário. [Consultado a 10 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://clientebancario.bportugal.pt/pt-PT/Credito/ApoioSobreEndividamento/GestaoIncumprimento/Paginas/GestaoIncumprimento.aspx>.
- BASTARDO, Carlos; GOMES, António R.; - **O financiamento e as aplicações financeiras das empresas** (3ª ed). Lisboa: Texto Editora, 1992. ISBN 972-47-0275-8.
- BATISTA António S. - **A gestão de crédito como vantagem competitiva** (3º ed). Porto: Vida Económica, 2004. ISBN 972-788-119.
- BARAÑANO, Ana M. - Métodos e técnicas de investigação em gestão. Lisboa: Edições Sílabo, 2004. ISBN 972-618-312-X.
- BLATT, Adriano - **Avaliação de Risco e Decisão de Crédito**. São Paulo: Nobel, 1999. ISBN 978-852-131-048-8.
- BRITO, Giovanni A. S.; NETO, Alexandre A. - **Modelos de classificação de risco de crédito de empresas** (2007). [Consultado a 12 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v19n46/v19n46a03.pdf>
- BONFIM, Diana – Relatório da estabilidade financeira. Banco de Portugal (2006). [Consultado a 10 Julho de 2016]. Disponível em: [http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AR200602\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AR200602_p.pdf)

- WESTON, Freed J.; BRIGHAM, Eugene F. - **Fundamentos da Administração Financeira** (10ª ed). São Paulo: MAKRON Books, 2000.
- CAIADO, Aníbal C.; CAIADO, Jorge - **Gestão de Instituições Financeiras**. Lisboa: Edições Sílabo, 2008. ISBN 978-972-618-509-3.
- CABO VERDE é o segundo país mais livre de África. Recuperado - Jornal Asseman. [Consultado a 11 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://asemana.publ.cv/spip.php?article112426&ak=1>
- CAIXA Económica de Cabo Verde – Organigrama. [Consultado a 28 de Junho de 2016]. Disponível em: <http://www.caixa.cv/upl/%7Bdc2979d4-6f2b-451a-99b7-a40c7e68d277%7D.pdf>
- CAIXA Económica de Cabo verde – Relatório e contas (2015). [Consultado a 28 de Junho de 2016]. Disponível em: <http://www.caixa.cv/upl/%7B24a832fa-2cbf-4b7c-9458-6fad6fa33410%7D.pdf>
- CAIXA Económica de Cabo verde – Relatório e contas (2014). [Consultado a 24 de Fevereiro de . 2016]. Disponível em: <http://www.caixa.cv/upl/%7Baae60982-2156-4c2a-8c1b-56f26fdff498%7D.pdf>
- CAIXA Económica de Cabo verde – Relatório e contas (2013). [Consultado a 24 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.caixa.cv/upl/%7Bcf5c7a3f-8691-4718-b7a0-bb498b554671%7D.pdf>
- CAIXA Económica de Cabo verde – Relatório e contas (2012). [Consultado a 24 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.caixa.cv/upl/%7B8e4d78ab-bf58-44ec-980f-e5f833f09406%7D.pdf>
- CAIXA Económica de Cabo verde – Relatório e contas (2015). [Consultado a 24 de Fevereiro de 2016]. Disponível em: <http://www.caixa.cv/upl/%7B9fae1d81-8317-47d9-a3c3-8a1803072523%7D.pdf>
- CARREIRA, Oliveira, P. M. P. - Gestão de crédito e cobranças. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Coimbra, Portugal, 2012. [Consultado a 8 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21425/1/Relat%C3%B3rio%20Gestao%20de%20Cr%C3%A9dito%20e%20Cobran%C3%A7as%20Final.pdf>
- CARVALHO, Paulo. V. - **Fundamentos da Gestão de Crédito**. Lisboa: Edições Sílabo, 2009. ISBN 978-972-618-553-6.
- CEBOLA, António - **Projetos de investimento de PME**. Lisboa: Edições Sílabo, 2011. ISBN 978-972-618-643-4.
- DECRETO-Lei nº 40/90, de seis 6 de junho (2003). Estabelece o regime jurídico das PME's CV. Imprensa Nacional de Cabo Verde: código das empresas comerciais e registos de firmas.
- DECRETO-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro (2014). Estabelece princípios e regras a observar pelas instituições de crédito na prevenção e na regularização das situações de incumprimento de contratos de crédito pelos clientes bancários e cria a rede extrajudicial de apoio a esses clientes bancários no âmbito da regularização dessas situações. [Consultado a 8 de Julho de 2016]. Disponível em: <http://www.bportugal.pt/PT/Legislacaoenormas/Documents/DL227ano2012.pdf>.

- FERREIRA, Domingos - **Finanças tóxicas e crises financeiras**. Lisboa: Letras e Conceitos, 2014. ISBN 978-989-8305-83-1
- FERREIRA, Manuel P.; SANTOS, João C.; REIS, Nuno; MARQUEA, Tânia. **Gestão empresarial**. Lisboa: Edições Técnicas, 2010. ISBN 978-972-757-720-0.
- GITMAN, Lawrence J. – **Princípios da administração financeira** (10ª ed). Porto Alegre: Bookman, 2010. ISBN 0-321-06081-4.
- INSTITUTO Nacional de Estatística - anuário estatística de Cabo Verde (2015). [Consultado a 16 de Maio de 2016]. Disponível em: [http://www.ine.cv/anuarios/Anuario\\_CV\\_2015.pdf](http://www.ine.cv/anuarios/Anuario_CV_2015.pdf).
- LEITÃO, José L.; MORAIS, Jorge A.; RESENDE, Maria D. - **Produtos bancários e financeiros**. Lisboa: Tito Lyon de Castro, 2011. faltaisbn
- LISBOA, João; ARNALDO, Coelho; COELHO, Filipe, ALMEIDA, Filipe - **Introdução á gestão das organizações** (3ª ed). Minho: Vida Económica, 2011. ISBN 978-972-788-397-4.
- MARCONI, Marina A.; LAKOTOS, Eva M. – **Fundamentos da metodologia Científica** (5ª ed). São Paulo: Editora Atlas (2003). ISBN85-224-3397-6.
- PIRES, Maria J - **Elucidário do Direito Bancário: as instituições bancárias a atividades bancária**. Coimbra: Coimbra Editor, 2002. ISBN972-32-1104-1.
- RECOMENDAÇÃO da Comissão 2003-361-CE de 6 de maio de 2003 - Jornal Oficial da União Europeia. [Consultado a 12 de Fevereiro de. 2016. Disponível em: [http://www.iapmei.pt/resources/download/r\\_2003\\_361\\_ce.pdf](http://www.iapmei.pt/resources/download/r_2003_361_ce.pdf)
- RELATÓRIO do Desenvolvimento Humano - sustentar o progresso Humano. [Consultado a 11 de Novembro de. 2016]. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014\\_pt\\_web.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf)
- SILVA, Eduardo S.; MOTA, Carlos; QUEIROS, Mário; PEREIRA, Adalmiro - **Finanças e estão de risco internacionais**. Porto: Vida Económica, 2013. ISBN 978-972-788-730-9.
- SILVA, José P.- **Análise e decisão de crédito**. São Paulo: Editora Atlas, 1998. ISBN 85-224-0293-0.
- SILVA, Eduardo S. - **Decisões de financiamento**. Porto: Vida Económica, 2014. ISBN 978-972-788-876-4.
- VAZ, Jorge L. - **Gestão bancária**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999. ISBN 972-674-274-9.
- VIÉGAS, Antônio J. V. - Financiamento de investimentos fixos de longo prazo à micro e pequenas empresas na agência banco do Brasil S/A, Universidade Fideralk do Rio Grande, programa de pos- graduação, Porto Alegre, Brazil, 2007. [Consultado a 24 de Novembro de 2016]. Disponível em [http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13889/000649569.pdf?sequence=1&locale=pt\\_BR](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13889/000649569.pdf?sequence=1&locale=pt_BR)
- YIN, Robert K. - Estudo de caso (5ª ed). Porto Alegre: Bookmam, 2015. ISBN 978-85-8260-231-7.